



Lohana Ribeiro Campos

**“É mais pela cor, mas também é o lugar”:
As faces do racismo na cidade do Rio de Janeiro através
da vivência dos moradores da Cruzada São Sebastião**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social do Departamento de
Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro
Julho de 2023



Lohana Ribeiro Campos

**“É mais pela cor, mas também é o lugar”:
As faces do racismo na cidade do Rio de Janeiro através
da vivência dos moradores da Cruzada São Sebastião**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Andreia Clapp Salvador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Mario Sérgio Ignácio Brum

UERJ

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, da autora e do orientador.

Lohana Ribeiro Campos

Graduou-se em Serviço Social na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2020 e concluiu o mestrado na mesma instituição em 2023. É pesquisadora do LEUS (Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais) com ênfase em segregação racial, racismo no espaço urbano, cidade e habitação social.

Ficha Catalográfica

Campos, Lohana Ribeiro

“É mais pela cor, mas também é o lugar”: as faces do racismo na cidade do Rio de Janeiro através da vivência dos moradores da Cruzada São Sebastião / Lohana Ribeiro Campos; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2023.

104 f.: il. color; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Segregação racial. 3. Cidade. 4. Racismo. 5. Habitação social. 6. Resistências. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico esse trabalho à Renata e Samuel (In Memoriam).

Agradecimentos

Durante a trajetória acadêmica, muitas são as pessoas que nos ajudam e nos inspiram. Agradeço principalmente aos professores e trabalhadores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

À todas as pessoas que me antecederam, lutando e abrindo portas para a inserção e permanência de mulheres negras na Universidade.

Ao meu orientador, Rafael Soares Gonçalves, que se mostrou muito presente, parceiro e compreensivo nessa jornada. Obrigada por partilhar seus conhecimentos e trazer leveza para um processo tão difícil.

Aos professores Andréia Clapp e Mário Brum, que aceitaram participar da banca e contribuíram imensamente com o trabalho de pesquisa.

À CAPES e a FAPERJ, pela concessão das bolsas em períodos distintos da elaboração do trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos colegas e amigos do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais da PUC-Rio (LEUS). Obrigada pelas contribuições, críticas construtivas, afetos e risadas nas reuniões de grupo.

As minhas colegas de turma do mestrado, que compartilharam suas dores e conquistas durante essa trajetória.

À minha mãe, Renata, meu porto seguro e a pessoa que mais me incentivou a entrar no mestrado e concluir essa etapa.

Ao meu pai (In memoriam), Samuel (Mestre Muca), que está presente nos meus pensamentos em cada momento de minha vida.

Ao meu companheiro de vida, Alessandro, que muito me aturou nos momentos de crise e me incentivou a não desistir no caminho.

À Michelle, Sofia, Luiza, Lucineide e todos da minha família que possibilitaram que eu estudasse, compreendendo minhas ausências.

Ao Maurício Soca Fagundes e à Thayná Andrade Fagundes, que me auxiliaram imensamente durante o trabalho de campo. E também a Lívia, Raquel, Jana, Angela, Caio, Angela, Douglas, Éric, Ítalo, Raissa, Cynthia, Érica. Sem vocês esse trabalho não seria possível.

Muito obrigada!

Resumo

Campos, Lohana Ribeiro; Gonçalves, Rafael Soares. **“É mais pela cor, mas também é o lugar”**: As faces do racismo na cidade do Rio de Janeiro através da vivência dos moradores da Cruzada São Sebastião. Rio de Janeiro, 2023. 104 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa dissertação tem como objetivo compreender a forma que o estigma do lugar e o racismo impactam a vida dos moradores do conjunto habitacional Bairro São Sebastião, construído pela organização católica Cruzada São Sebastião no bairro do Leblon no ano de 1955. As políticas remocionistas de favelas da Zona Sul dos anos 1960/1970 resultaram em um processo de segregação sócio-racial no espaço urbano carioca, já que os moradores dessas favelas, de maioria negra, foram removidos para bairros distantes da capital. No entanto, a experiência singular e pioneira do conjunto habitacional estudado recebeu parte dos moradores da antiga favela da Praia do Pinto, que se localizava ao lado do conjunto. Hoje, a Cruzada São Sebastião, como é comumente conhecido o conjunto habitacional, é ainda um local composto majoritariamente por pessoas negras em um dos bairros mais embranquecidos da cidade e com um dos metros quadrados mais caros do país. Através de entrevistas com os moradores e levantamento documental de reportagens de jornais foi possível obter dados relevantes sobre como o racismo impacta os moradores da Cruzada São Sebastião, assim como eles se organizam para fazer frente às formas de preconceitos que lhes são impostos.

Palavras-chave

Segregação racial; cidade; racismo; habitação social; resistências.

Abstract

Campos, Lohana Ribeiro; Gonçalves, Rafael Soares (Advisor). **“It’s more about the color, but it’s also about the place”: Faces of racism in the city of Rio de Janeiro through the experience of residents of Cruzada São Sebastião.** Rio de Janeiro, 2023, 104 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to understand how the stigma of place and racism impact the lives of residents of the Bairro São Sebastião housing complex, built by the Catholic organization Cruzada São Sebastião in the Leblon neighborhood in 1955. The policies of favela removal in the South Zone in the 1960s and 1970s resulted in a process of social-racial segregation in the urban space of Rio de Janeiro, since the residents of these favelas, who were mostly black, were removed to distant neighborhoods in the capital. However, the unique and pioneering experience of the housing complex under study received part of the residents of the former Praia do Pinto slum, which was located next to the complex. Today, the housing complex is commonly known as Cruzada São Sebastião and still is a place composed mostly of black people in one of the most whitened neighborhoods in the city and with one of the most expensive square meters in the country. Through interviews with the residents and documentary research of newspaper reports it was possible to obtain relevant data on how racism impacts the residents of Cruzada São Sebastião, as well as how they organize themselves to face the forms of prejudice imposed on them.

Keywords

Racial segregation; city; racism; social housing; resistances

Sumário

1. Introdução	13
2. As desigualdades sociais no Brasil: uma questão de raça, classe social e endereço	21
2.1. Reflexões sobre o racismo brasileiro e as desigualdades sociais	21
2.2. A discussão sobre a segregação sócio-racial e a cidade do Rio de Janeiro	29
3. A intervenção estatal nas favelas cariocas	36
3.1. O Conjunto habitacional Cruzada São Sebastião e o Leblon	46
4. As formas de representação das moradias populares na mídia	54
4.1. O racismo institucional e a estigmatização da população negra através da mídia	54
4.2. As representações coletivas sobre a Cruzada São Sebastião nos jornais	58
5. As formas de resistências da população negra na cidade	71
5.1. A discriminação e as diversas formas de resistência da Cruzada	75
6. Considerações Finais	87
7. Referências Bibliográficas	91
8. Apêndices	99

8.1. Apêndice 1 – Roteiro Entrevista com os Moradores	99
8.2. Apêndice 2 – Roteiro Entrevista com a Associação de Moradores	101
8.3. Apêndice 3 – Roteiro Entrevista com o Professor do Basquete Cruzada	103

Lista de ilustrações

Figura 1 – Mapa racial de pontos: Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa	50
Figura 2 – Mapa relação renda domiciliar per capita: Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa	51
Gráfico 1 – Classificação matérias do Acervo do Jornal Extra por assunto	61
Gráfico 2 – Classificação páginas do Acervo do Jornal O Globo por assunto	62
Figura 3 – Recorte matéria de Jornal O Globo	67
Figura 4 – Recorte matéria do Jornal Extra	68
Figura 5 – Recorte Carta dos Leitores no Editorial de Opinião	69

Lista de tabelas

Tabela 1 – Características dos entrevistados	18
Tabela 2 – Dados coletados dos Acervos Digitais dos Jornais Extra e O Globo	19
Tabela 3 – Classificação dos dados obtidos nos acervos O Extra e O Globo	60

1 Introdução

As cidades brasileiras são reflexo de uma estrutura societária marcada pelas formas de opressão e exploração inerentes ao capitalismo, assim como apresentam resquícios dos períodos colonial e imperial, encontrados no racismo e na concentração de terras e riquezas da classe dominante. O período escravagista e a falta de políticas públicas de reparação pós-Abolição trouxeram uma realidade para o país pautada na exclusão da população negra do mercado trabalho formal, das instituições de ensino e demais espaços de poder.

As mudanças no capitalismo resultaram na complexidade das expressões da questão social e na precarização da vida dos grupos subalternos. As cidades são cenário das desigualdades sociais e raciais, das formas de segregação, do desemprego, da falta de moradia digna, da violência urbana que insere grande parte da população em condições de vulnerabilidade social e situações de risco. Assim sendo, o debate sobre as relações sociais e raciais no espaço urbano se faz cada vez mais necessário para a luta e afirmação de uma democracia livre do racismo e de todas as formas de opressão e discriminação.

A temática abordada neste trabalho busca aprofundar reflexões oriundas da experiência enquanto aluna bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob orientação do professor Dr. Rafael Soares Gonçalves em seu projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) sobre as formas de controle social e administração estatal dos bairros cariocas retratados como informais, tais como as favelas, entre os anos de 1945 a 1964.

Através dessa aproximação com a pesquisa, foi possível aprender mais a respeito da atuação da Fundação Leão XIII nas favelas cariocas através das fichas de acompanhamento familiar, mais especificamente sobre a favela da Praia do Pinto durante o período de seleção dos moradores para o reassentamento no Bairro São Sebastião, conjunto de edifícios construídos no bairro do Leblon pela organização católica Cruzada São Sebastião no final dos anos 1950. O estudo possibilitou

reflexões sobre o período de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, das práticas e orientações ideológicas de profissionais que lidavam com a questão da moradia e os moradores das favelas cariocas, sendo possível revisitar a intervenção do Serviço Social nas suas bases fundantes.

Nesse contexto, realizamos entrevistas com antigos moradores da Praia do Pinto em ordem de captar a sua memória sobre o momento do reassentamento para o conjunto habitacional e através dessa experiência, foi possível conhecer Joel Luís Nonato, morador e ex-presidente da Associação de Moradores da Cruzada São Sebastião- Amorabase (2009-2011), que durante a entrevista, ao mencionar a situação atual do conjunto, relatou sobre uma possível *remoção branca*.¹ O termo utilizado foi determinante para despertar o interesse em ampliar meus estudos, pois, para além do debate de remoções consideradas “involuntárias” e “mais brandas”, trouxe a reflexão sobre o termo em seu sentido literal sobre a história de urbanização do bairro e as práticas de segregação racial no território.

Em princípio, a proposta de estudo estava fixada nas seguintes indagações: existe, de fato, um novo perfil socioeconômico de moradores na Cruzada São Sebastião ou a presença dos moradores originais ainda é muito significativa no local? No entanto, foi possível notar a ausência de precisão de dados censitários para realizar este estudo e, caso esteja realmente acontecendo um processo de gentrificação na Cruzada, é algo ainda muito recente e incerto.² Dessa forma, foi necessário trilhar o caminho da redefinição do objeto de estudo, apesar de já ter ciência de que a Cruzada São Sebastião era o campo de interesse para a realização da pesquisa por ser um exemplo de habitação social, que manteve os moradores próximos aos seus meios de sociabilidade, ao contrário de outras experiências.

¹ Para Mattos (2014) o conceito “remoção branca”, também conhecido como “remoção via mercado” foi vivenciado no contexto das favelas ocupadas pelas UPPs e se expressa através da expulsão de moradores devido à valorização local do solo pela especulação imobiliária. Lunetta (2015) também utiliza o conceito e afirma ser um tipo de gentrificação impulsionada pela atuação estatal em determinado local através da legitimação da polícia nas favelas e a promoção do turismo, resultando em mudanças na dinâmica social do território. No caso da Cruzada São Sebastião, notícias de jornais disseminam a informação da valorização e encarecimento do custo de vida no conjunto habitacional no período pós-megaeventos..

² Os estudos sobre uma possível gentrificação na Cruzada ainda são muito pouco explorados e não pretendemos entrar a fundo nessa questão. Contudo ao revisar a bibliografia sobre o conjunto habitacional nos deparamos com a dissertação de mestrado de Thaianne Barbosa da Silva (2017) que afirmam momento embrionário de gentrificação no conjunto habitacional, mas também chega a conclusão que a organização política e social ainda era muito representada pelos moradores “de raiz”, ou seja, aqueles advindos de famílias fundadoras ou “nascidos e criados” na Cruzada.

Apesar de ser alvo de críticas e discriminação por parte dos moradores do entorno, o Bairro São Sebastião resistiu ao longo dos anos no Leblon, um dos bairros com o metro quadrado mais caro do país.

O interesse pela pesquisa se deu também pela inquietação da pesquisadora negra, que residiu grande parte de sua vida no bairro do Leblon, presenciando e vivendo inúmeras situações de discriminação racial no seu cotidiano. Ao se tornar Assistente Social, percebeu-se com um senso de dever a melhor compreensão das relações étnico-raciais na cidade.

Além das frequentes ameaças à pesquisa e a ciência durante o governo Bolsonaro, o contexto pandêmico (Lole, Stampa e Gomes, 2020), vivenciado durante a elaboração do trabalho, foi um grande desafio para a aproximação com o público alvo e o campo da pesquisa, tornando o processo de estudo ainda mais solitário e dificultoso. Mas foi possível realizar entrevistas com os moradores após o fim do distanciamento social orientado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a vacinação de grande parte da sociedade.

No imaginário social sobre a Cruzada, existe uma forte associação do território com o aumento da violência nos bairros do Leblon, Lagoa e Ipanema, culpabilizando os moradores por assaltos. Essa realidade se define na criminalização da população das favelas e das habitações populares, resultando em práticas discriminatórias direcionadas aos moradores do conjunto e afetando diretamente a reprodução das relações sociais daqueles que ali residem. Em reportagem da Folha de São Paulo, intitulada “Destoantes, prédios populares resistem no coração do Leblon”³, do dia 25 de julho de 2018, o professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, coordenador do Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e morador do Leblon, afirma a presença de “uma certa “tolerância” em relação aos moradores da Cruzada São Sebastião, mas “desde que fiquem no seu devido lugar físico e simbólico”, nas palavras do mesmo.

Além disso, descreve a Cruzada como um “símbolo do padrão de segregação das cidades brasileiras”, muito caracterizado pelas barreiras simbólicas que

³ “Destoantes, dez prédios populares resistem no coração do Leblon”, Jornal Folha de São Paulo, 25 de Julho de 2018, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/destoantes-dez-predios-populares-resistem-no-coracao-do-leblon.shtml>>. Acesso em: jun. 2023.

demonstram uma proximidade física, mas distância social. Em relação a história e o estigma atrelado ao conjunto, a matéria supracitada comunica que:

A intenção era abrigar antigos moradores da favela da Praia do Pinto, que ficava na região e foi destruída por um incêndio.⁴ Mas a origem e o perfil da comunidade (majoritariamente negra, jovem, de baixa renda e escolaridade) rendem a ela até hoje um estigma difícil de ser desfeito (Ribeiro, 2018).

Outra matéria de jornal, dessa vez mais recente, do jornal O Globo, de março de 2021, conta com o relato do cantor e compositor Macau, nascido em 1952 na Praia do Pinto e “cria” da Cruzada São Sebastião, sobre a história por detrás da música “Olhos Coloridos”. O artista conta que sofreu um episódio de racismo durante um evento escolar no antigo Estádio de Remo da Lagoa, quando foi conduzido por um policial militar até um sargento que ironizou seu cabelo, seu sorriso e sua roupa. Para o jornal, o autor ressalta que o racismo ainda não acabou e é necessário lutar contra ele.⁵

Assim como Macau, grande parte da população negra e oriunda de favelas tem uma coisa em comum: sofrem com o racismo, muitas vezes de forma velada, mas que afeta diretamente nas suas subjetividades e até mesmo na garantia do seu direito à vida. No caso da Cruzada São Sebastião, a questão é evidente por ser um território majoritariamente negro dentro de um bairro elitista e embranquecido.

Nesse sentido, a proposta de estudo tem o objetivo de analisar as maneiras que a discriminação e o estigma se apresentam e impactam a vida dos moradores do conjunto habitacional. O estudo foi norteado pelas seguintes hipóteses:

⁴ Segundo Brum (2012), a favela da Praia do Pinto existia desde 1910 e seus moradores eram operários do Jockey Clube e pescadores. Até a década de 1960 era local de moradia de aproximadamente 10 mil pessoas e o crescimento da favela passa a ser visto como um “problema” a partir de 1940 a ser combatido através da remoção das pessoas e destruição dos seus barracos. Isso ocorreu definitivamente, em 1969, durante a ditadura civil-militar. Desde março do mesmo ano há um processo de remoção em curso por parte dos militares até que a Praia do Pinto sofre com um incêndio em 13 de maio de 1969 e é completamente destruída. A intenção de erradicar a favela foi incentivada também pelo interesse do mercado imobiliário que acreditava na “potencialidade” do local para atrair as camadas médias e altas da sociedade e redefinir os locais de moradia da população por ser próximo da praia e da Lagoa Rodrigo de Freitas.

⁵ “Live, hoje conta a história do autor da música “olhos coloridos”, Jornal O Globo, 14 de Março de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/live-hoje-conta-historia-do-autor-da-musica-olhos-coloridos-24921202>>. Acesso em: jun. 2023.

- O estigma e a discriminação, atrelados à Cruzada São Sebastião, tem relação direta com o racismo estrutural.
- Os moradores resistem as formas de discriminação e ao estigma, permanecendo no território.
- Os jornais servem como um formador de opinião para fomentar discriminação e estigma do território e de seus moradores.

Assim sendo, o trabalho busca contextualizar a forma que o racismo estrutural está presente na cidade do Rio de Janeiro, principalmente nas favelas e habitações populares. Busca, ainda, identificar as maneiras que os moradores da Cruzada São Sebastião resistem as formas de discriminação para entender se a permanência no território está entre elas e verificar o conteúdo sobre o conjunto habitacional nos jornais de massa. Para responder aos objetivos do trabalho, realizamos 3 formatos de entrevistas semiestruturadas. O primeiro formato foi realizado com 5 moradores (3 mulheres e 2 homens), o segundo foi feito com Raquel Moreira, Presidente da Associação de Moradores (AMORABASE), e o terceiro com o professor Ítalo do Projeto Social Basquete Cruzada⁶.

Em vista de atender ao recorte da pesquisa, o público-alvo dos moradores entrevistados se expressou em pessoas negras (pretas e/ou pardas), com idade entre 18 a 30 anos e advindos de famílias mais antigas do conjunto habitacional. Para resguardar a privacidade dos moradores, com embasamento ético, optamos por não utilizar seus nomes e maiores informações de identificação. O racismo é um tema que exige sensibilidade e apenas mencionamos os nomes de entrevistados que representam um caráter público, como a Associação e o Basquete Cruzada.

As características dos moradores que são relevantes para a pesquisa estão evidenciadas na **Tabela 1** abaixo.

⁶ O Projeto Social Basquete Cruzada foi fundado em 1998 e disponibiliza atividades esportivas, culturais e de entretenimento as crianças e adolescentes que residem no conjunto habitacional Cruzada São Sebastião com a intenção de mover o exercício da cidadania e reduzir a situação de vulnerabilidade social dos jovens. Ver: <<https://basquetecruzada.org.br/>>. Acesso em: maio de 2023.

Tabela 1 – Características dos entrevistados

Entrevistados (E.)	E. 1	E. 2	E. 3	E. 4	E. 5
Idade	28 anos	19 anos	25 anos	28 anos	30 anos
Gênero	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
Cor/etnia	Preta	Preta	Preta	Parda	Preta
Escolaridade	Superior incompleto/ Ensino Médio na Escola Municipal Henrique Dodsworth	Ensino Médio no Colégio Pedro II	Ensino Médio no Colégio Pinheiro Guimarães	Ensino médio na Escola Municipal Henrique Dodsworth	Ensino fundamental na Escola Municipal George Pfisterer
Ocupação	Bombeiro Civil	Estudante	Ajudante de Cozinha	Recém-desempregada	Dona de casa
Há quanto tempo reside na Cruzada	Nascido e criado	Mora na Cruzada desde os 10 anos de idade	Nascida e criada	Mora na Cruzada desde os 17 anos de idade	Nascida e criada

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Como podemos observar, a maioria dos moradores entrevistados é composta pelo gênero feminino, média de idade 26 anos, estudaram em instituições públicas de ensino e são nascidos e criados na Cruzada São Sebastião. A pesquisa teve o interesse em trazer a perspectiva dos jovens (de 18 a 30 anos) em relação ao estigma e a discriminação vivenciada cotidianamente e seus rebatimentos.

As informações pertinentes à pesquisa foram coletadas através de entrevistas e também pela análise documental, realizada com os acervos digitais dos jornais O Globo e Extra. Devido ao extenso material encontrado ao inserir a palavra-chave “Cruzada São Sebastião” na local de busca foi necessário fazer uma delimitação por Editoriais. Por considerar o objetivo da pesquisa, definimos as últimas duas décadas e selecionamos os Editoriais de Opinião, Primeira Página e Segunda Página de ambos jornais do acervo O Globo e os Editoriais de Serviço, Esportes, Retratos da Vida, Primeira Página, Geral e Economia do acervo Extra, totalizando 113 materiais digitalizados. Como pode ser observado na **Tabela 2** abaixo.

Tabela 2 – Dados coletados dos Acervos Digitais dos Jornais Extra e O Globo

Acervo Extra					
Matérias digitalizadas					
Editoriais: Serviço, Esportes, Retratos da Vida, Primeira Página, Geral e Economia					
Assuntos / Período	2000-2004	2005-2009	2010-2013	2014-2017	2018-2020
Crime	15	18	6	5	1
Projetos sociais e Esporte	5	9	4	2	3
Profissionalização	3	2	0	0	0
Entretenimento	0	1	0	0	1
Valorização imóveis	0	1	0	0	1
Serviços públicos	1	1	2	0	0
Total:			81		
Acervo O Globo					
Páginas Digitalizadas					
Editoriais: Opinião, Primeira Página e Segunda Página					
Assuntos / Período	2000-2004	2005-2009	2010-2013	2014-2017	2018-2020
Crime, ilegalidade, pobreza	3	12	2	1	0
Projetos sociais e Esporte	1	0	0	0	0
Pesquisa e estudos	0	1	2	0	0
Plano revitalização	0	1	0	2	0
Igreja e História Cruzada	1	0	0	5	0
Característica positiva	1	0	0	0	0
Total:			32		

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Podemos afirmar que a mídia jornalística retroalimenta os estigmas negativos a respeito das habitações populares, como é o caso estudado. A análise dos materiais dos acervos digitais dos jornais O Globo e Extra nos últimos 20 anos e entrevistas com os moradores negros da Cruzada nos evidenciou um esforço em retratar o conjunto habitacional como local de criminalidade e violência, impactando as formas de sociabilidade ao reforçar a presença de uma barreira simbólica entre os moradores do conjunto e do bairro.

Desse modo, consideramos que a vivência na cidade é experienciada de forma diferente conforme o seu grupo racial, sendo dividido entre aqueles que podem viver suas subjetividades, tem seus direitos sociais e aqueles que são obrigados a estabelecer formas de resistência para sobreviver em uma sociedade, que precariza

suas condições de vida. Observa-se, nesse contexto, formas de resistência dos moradores da Cruzada.

Sendo assim, a presente dissertação se desenrola em 5 partes principais. Além da presente **Introdução (capítulo 1)**, o **capítulo 2** contextualiza o racismo brasileiro e as desigualdades sociais presentes nas cidades. Já o **capítulo 3** apresenta o processo de urbanização e as práticas de discriminação e segregação racial nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro. Também traz reflexões sobre as formas de moradia das classes populares e suas representações. O **capítulo 4, por sua vez**, dispõe sobre a forma que a mídia aborda as favelas e habitações populares, contribuindo para a perpetuação do racismo e práticas discriminatórias contra a população negra. Também traz dados sobre as formas de representação sobre o Conjunto Habitacional Cruzada São Sebastião nos jornais. **Por fim, o capítulo 5** analisa as entrevistas com os moradores, a Presidente da Associação de Moradores e o professor do Basquete Cruzada, evidenciando as formas que a discriminação e o estigma afetam suas formas de sociabilidade.

2

As desigualdades sociais no Brasil: uma questão de raça, classe social e endereço

2.1.

Reflexões sobre o racismo brasileiro e as desigualdades sociais

O debate sobre racismo se coloca urgente quando situações, que fogem o padrão de racionalidade, são frequentes e normalizadas no cotidiano. Um grande exemplo disso se deu em 2021, quando um instrutor de surfe foi acusado injustamente por um casal de furtar a própria bicicleta elétrica quando foi deixar sua namorada na porta do Shopping Leblon, no Rio de Janeiro. O instrutor denunciou a ocorrência na delegacia, mas o ato não pode ser tipificado como injúria racial e sim como calúnia, pois o casal não fez nenhuma menção ou ofensa de caráter racial.⁷

A ideia de achar justificável caluniar alguém de furtar apenas pelo motivo da pessoa ter posse de um bem de consumo igual ao seu é extremamente irracional, mas, na reportagem, o instrutor afirma que a população negra é obrigada a conviver com situações como essa desde sempre.

Mas a questão de o ato cometido pelo casal não ter sido considerado uma injúria racial para o poder judiciário não significa a ausência do racismo. Apenas demonstra que a naturalização dessa ocorrência se dá pela forma que o racismo está inserido na nossa sociedade, ou seja, não é um caso atípico ou anormal de acontecer no cotidiano, pois a lógica racista está imbricada em todos os aspectos da vida social.

Segundo Almeida (2019), para compreensão das relações sociais em sua totalidade é necessário compreender antes os conceitos de raça e racismo. Para o autor, a ideia de raça remete a construção social que difere os seres humanos através de categorias, ou seja, uma forma de hierarquizar os grupos sociais a partir de suas

⁷ “Jovem negro acusa casal de racismo após precisar provar ser o dono de sua bicicleta elétrica, no Leblon”, datada em 14/06/2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/jovem-negro-acusa-casal-de-racismo-apos-precisar-provar-ser-dono-de-sua-bicicleta-eletrica-no-leblon-25060481.html>>. Acesso em: mar. 2023.

características culturais e físicas, no qual a população negra é inferiorizada e a população branca é privilegiada com a condição de superioridade.

O autor supramencionado afirma que o racismo é um elemento estrutural e estruturante, uma forma de dominação imbricada na organização política e econômica da sociedade, que fornece uma lógica para a reprodução das diversas formas de violência e desigualdades presentes na vida social, podendo se apresentar de formas individual⁸ e/ou institucional⁹.

Dessa forma, o racismo é, em suas palavras, “uma maneira sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes” (Almeida, 2019, p. 32) e implicam em privilégios e desvantagens para indivíduos de determinados grupos raciais. Nas palavras do autor:

[...]o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, 2019, p. 27).

Segundo Moore (2010), o racismo impede o acesso efetivo de determinado grupo racial aos recursos vitais como à educação, aos serviços públicos, ao poder político, as oportunidades de emprego, às estruturas de lazer e ao direito de ser tratado de forma equitativa pelos tribunais de justiça e pelas forças armadas. O desmantelamento estrutural e erradicação do racismo nas consciências coletivas envolvem necessariamente um processo efetivo de desracialização da sociedade.

⁸ Segundo o livro “Racismo Estrutural” Silvio de Almeida (2019), a concepção individualista considera o racismo como uma questão patológica, com caráter individual ou coletivo associado ao fenômeno ético de natureza psicológica. Para essa concepção, é possível não admitir o racismo, mas a presença de preconceito. Considera-se que não existam sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem de forma isolada ou em grupo.

⁹ Para Almeida (2019), a concepção de racismo institucional tem relação com o funcionamento das instituições. A primeira obra a usar o adjetivo “institucional” para abordar o racismo foi “Black Power: Politics of Liberation in America” de Charles V. Hamilton e Kwame Ture. A concepção apresenta uma dinâmica de privilégios e desvantagens de acordo com cada grupo racial dentro dos mecanismos institucionais para consolidação de uma supremacia branca. O autor afirma que o conceito de racismo institucional abriu portas para compreender que as instituições servem para materializar a estrutura social ou de um modo de socialização que tem como um dos seus componentes o racismo, podendo assim afirmar a existência de um racismo estrutural.

Já a discriminação racial, para Almeida (2019) é quando há um tratamento diferenciado a um membro de determinado grupo racialmente identificado. Sendo assim, a discriminação é diretamente relacionada com a questão do poder de obter uma vantagem ou desvantagem dependendo do grupo racial inserido. A permanência do racismo em todas as instâncias societárias implica na discriminação racial de forma sistemática.

Segundo Munanga (2010), as formas de discriminação nas sociedades contemporâneas são múltiplas e todas tem a diferença como ponto fundamental, sendo a discriminação racial baseada na cor de pele. As formas que se manifestam podem ser através da evitação, rejeição verbal, agressão ou violência física, segregação espacial e tratamento desigual.

Ainda que preconceitos sejam experienciados por todos os grupos não-brancos, como, por exemplo, pelos povos originários, população cigana e outros, buscamos nos ater, no presente trabalho, ao racismo e como ele afeta a população negra brasileira. Como base econômica do Brasil, em seu período colonial, a escravização de povos oriundos da África resultou em graves consequências, que se manifestam até os dias atuais. A escravidão deixou marcas muito concretas em nossa sociedade.

A esse respeito, Ramos (2021) afirma que a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica Apostólica Romana entraram em acordo de apoiar o trabalho servil e lucrar com conquistas de territórios, riquezas naturais e através da propagação do cristianismo. No Novo Mundo, o comércio de pessoas escravizadas torna-se um negócio gerador de fortunas e seres humanos passam a ter suas vidas traficadas como uma mercadoria, que Moura (1983) considera ser um processo de coisificação, pois negociar humanos como se fossem meros produtos é o mesmo que extirpar-los de sua humanidade.

Para Roedel (2020), a Igreja Católica teve uma grande participação no período de colonização por ser o aparelho ideológico mais importante no período medieval e da formação dos Estados nacionais europeus. Sendo essencial para a construção do imaginário social para legitimar a escravidão, alegando que a condição estava vinculada ao pecado e da vontade divina. Nesse sentido, as ideias

¹⁰ Utilizamos o termo “escravizadas” com base no glossário apresentado por Grada Kilomba (2019) que considera a palavra uma importante substituição por significar um processo político ativo de desumanização, enquanto o termo “escravas” implica no estado de desumanização como se fosse parte da identidade natural das pessoas.

disseminadas garantiram uma desumanização das populações escravizadas, sendo o sequestro e a exploração de pessoas visto como um empreendimento que enriqueceu indivíduos e nações (Kilomba, 2019).

A partir do século XIX, as teorias raciais são disseminadas na sociedade, a noção de raça passa a ser estudada como uma questão biológica, seguindo influência e adaptação da teoria de “Evolução das Espécies” de Charles Darwin de 1859 para interpretar os seres humanos com a ideia do “Darwinismo Social”.

De acordo com Almeida (2019), a partir do século XX, a antropologia e a biologia evidenciam que não há diferenças biológicas ou culturais que justifiquem uma discriminação entre seres humanos, porém a ideia de raça segue sendo um fator político de grande importância, com a utilidade de naturalizar desigualdades e legitimar o genocídio de grupos desfavorecidos socialmente e as práticas segregacionistas.

Segundo Schwarcz (1993), o sistema escravocrata no Brasil foi tão “exitoso” no sentido de racializar pessoas não-brancas, que criou raízes profundas na sociedade. Para a autora, a escravização de pessoas foi muito mais do que um sistema econômico, pois “definiu desigualdades, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita.” (Schwarcz, 1993, p. 23).

Em escala mais ampla, o sistema escravista pode ser compreendido como um momento que introduziu “a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e estimulou o comércio entre distintas sociedades” (Netto, 2012, p. 79). Para os autores, esse modo de produção se caracterizava pelo trabalho realizado sob

coerção e o excedente produzido pela pessoa escravizada (produtor direto) era diminuído através das práticas de violência.

Para Schwarcz (2012), o período também legitimou a condição de inferioridade da população escravizada, apesar de ser uma construção social, a prática violenta de objetificar seres humanos foi reconhecida como uma questão natural. E foi apenas com a proximidade do fim da escravidão que a questão racial passou a ser foco da agenda pública.

Além de ter sido o último país a abolir a escravidão, ao longo dos anos criou barreiras para dificultar a ascensão social da população negra, tal como a lei da vadiagem de 1941 e a lei da proibição da capoeira, a política de imigração que possibilitava benefícios como terra e auxílios financeiros para imigrantes europeus, mas impedia através de decretos a entrada de imigrantes africanos. Ainda assim, reforçavam a ideia de democracia racial¹¹, muito presente no senso comum atualmente.

Para Martins (2012), após o fim do trabalho escravo, é estabelecida uma questão cultural do trabalho que valoriza os imigrantes europeus, bloqueando as condições de trabalho assalariado e digno para os recém-libertos. A valorização do trabalhador branco como símbolo da renovação nacional resulta na discriminação racial e na inserção da população negra nas condições de informalidade e nas ocupações precárias.

Nesse sentido, Telles (2001) afirma que o processo de industrialização, a urbanização e os avanços com a proclamação de direitos não foram suficientes para diminuir o aumento da desigualdade no país, pois os processos de mudança foram baseados em uma tradição conservadora e autoritária, que preserva privilégios para poucos e aumenta a exclusão de grupos sociais da noção de direitos.

¹¹ Muitos autores, como Gilberto Freyre, propagavam a ideia de que havia uma convivência pacífica e harmonia racial na sociedade brasileira, buscando apagar da memória a forma como a população branca obteve mais privilégios e oportunidades de ocupar espaços de poder. Surge, então, a ideia de que no Brasil existe uma democracia racial para afirmar que todos os cidadãos são iguais perante a lei, desprezando as desigualdades sociais presentes na nossa sociedade. Mas os estudos críticos das relações raciais, de autores como Florestan Fernandes, desmistificaram a falácia da democracia racial.

A esse respeito, Ribeiro (2020) afirma que ao longo da história foram estabelecidas barreiras raciais, através da estrutura fundiária, do fim do tráfico negreiro, da abolição da escravatura sem medidas de integração dos ex-escravizados e do incentivo a imigração europeia, que serviram como empecilho ao acesso à propriedade da terra e dificultaram a ascensão econômica da população negra. As barreiras raciais são fruto do racismo estrutural presente na forma atual de sociabilidade e adensadas com o acirramento das manifestações da questão social durante o período de consolidação do capitalismo no país.

Segundo Theodoro (2022), essas barreiras são ampliadas na medida em que há a ascensão do mercado de trabalho pós-1930, com a criação da carteira profissional e obrigatoriedade do registro do contrato de trabalho, grande parte da população que vivia de bicos e trabalhos informais é marginalizada, demonstrando o que Wanderley Guilherme dos Santos (1987) conceitua como “cidadania regulada”¹². É evidente que a marginalização afeta principalmente a população negra por sua dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

O autor supramencionado afirma que entre 1930 e 1980, a modernização no mercado de trabalho foi benéfica para parcelas da população negra, pois há a revalorização da mão de obra nacional, mas esse processo não foi significativo para reversão da situação social de desigualdade. Para ele, as sociedades desiguais além de perpetuar assimetrias que se são acumulativas em favor dos grupos desfavorecidos, também criam mecanismos jurídico-institucionais e repressivos com a utilidade de manter a estabilização social e preservar o status quo, dificultando a luta dos movimentos sociais com reivindicações a favor da justiça social.

Ainda que a luta da classe trabalhadora tenha rompido com o período ditatorial e resultado na Constituição Federal de 1988, denominada como a Constituição Cidadã devido a participação popular no processo da constituinte, a desigualdade social é algo que estamos longe de alcançar.

¹² Para Wanderley Guilherme dos Santos, em seu livro *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira de 1987*, o conceito de “cidadania regulada” se expressa na cidadania e no direito do cidadão apenas obtidos através da ocupação formal de trabalho.

Dessa forma, a população negra não foi alvo de políticas plenas do Estado de reparação histórica e muito menos obteve oportunidades para acesso efetivo aos direitos básicos consolidados por lei. Foram deixadas à mercê da ilusão de meritocracia tão valorizada pela sociedade capitalista. Para Munanga (2010), é nesse sentido que é criada uma interligação entre a segregação de raça e classe social.

Como afirma Moura (1983), no capitalismo dependente, as desigualdades raciais não são vistas como oriundas de suas raízes históricas do passado escravista. Para ele, em suas palavras, o sistema de competição do capitalismo “remanipula os símbolos escravistas contra o negro e procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico.” (Moura, 1983, p. 125) Ao situar historicamente a origem das desigualdades raciais no Brasil compreendemos a dinâmica de privilégios que a população branca adquiri a partir do seu nascimento.

Nesse sentido, Theodoro (2022) afirma que no Brasil há uma realidade que se mantém estável, um grupo seletivo de ricos, onde os 5% mais ricos da população concentram aproximadamente a metade da renda total do país, aqueles que estão entre o 1% mais rico detém cerca de um quarto e em 2012, o grupo 0,15% mais rico detinha 20% de toda a renda nacional. Em comparação, a maior parte da população brasileira ocupa as condições de pobreza e miséria.

O mesmo autor aponta que a pobreza e a desigualdade social são realidades provenientes da criação do Brasil, e tem suas raízes fundantes na questão racial. A diferenciação se mostra presente para além da questão econômica e social, mas também no acesso aos serviços públicos, tal como à justiça e à segurança. Contudo, há a naturalização da pobreza e da miséria que atinge a população negra, que Theodoro (2022) afirma ser um fenômeno alimentado pelo racismo e de suas vertentes em seus níveis micro e macrossocial.

Contudo, Schwarcz (2012) afirma que ao mesmo tempo em que o racismo faz parte das relações sociais no contexto brasileiro, resultando em desvantagens de oportunidade e acesso aos locais de poder para a população negra, também há um silenciamento da questão, como se falar sobre o tema fosse considerado um tabu. A

questão se torna ainda mais problemática quando grande parte da população afirma a inexistência do racismo, ou considera que ele aparece de forma branda no país.

A esse respeito, Moore (2010) afirma que a insistência em negar a presença do racismo é uma forma de ignorar a história societária e rejeitar os avanços nos estudos científicos realizados entre os anos de 1950 a 1960 por pesquisadores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo e muitos outros.

Segundo Fernandes (2007), a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que condena o “preconceito de cor” quando verbalizado, como se fosse uma questão de falta de moral daquele que o pratica, também busca preservar os valores racistas de forma encoberta no seu “íntimo”, mantendo os ajustamentos discriminatórios do passado, sem se incomodar em alterar a balança desigual de privilégios a população branca e desvantagens para a população negra.

Segundo Munanga (2010), dentre os maiores problemas da nossa sociedade está a dificuldade de compreender as manifestações e peculiaridades do nosso racismo. É fundamental adensar as reflexões críticas para entender que a discriminação racial não aparece apenas em formato de norma jurídica, mas nas nuances de uma relação hierárquica e desigual com marcadores de raça. Para o autor, a população recorre a constante negação de que somos racistas, dificultando a possibilidade de resolver aquilo que insistimos em não discutir.

Por isso, voltamos ao início do capítulo com o exemplo do casal que acusou o instrutor de surfe a roubar uma bicicleta e saiu impune quando a vítima recorreu à justiça por injúria racial. A ocorrência mencionada não está entre as formas de discriminação racial consideradas mais letais, como é o caso do genocídio da população negra nas periferias e favelas realizado pela política de Segurança Nacional.¹³ Mas foi mencionada para exemplificar a forma como o racismo se

¹³ Os assassinatos frequentes da população jovem e negra nas favelas demonstra a existência de uma política de genocídio nas favelas brasileiras. De acordo com dados fornecidos pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) de 2020, a pesquisa realizada sobre a distribuição de cor das mortes provenientes das intervenções policiais em 2019 demonstrou que a maioria das vítimas das intervenções policiais são negras. Na Bahia quase 97% das mortes afetaram a população negra, no Ceará 87%, em Pernambuco 93% e no Rio de Janeiro 86%. Apesar disso, a pesquisa realizada não considerou muitos casos em que as informações sobre a cor da pele das vítimas não foram informadas, demonstrando uma evidente omissão dos dados.

materializa no cotidiano e gera a sensação de impunidade para aqueles que o praticam nas relações individuais. E também por ter ocorrido no bairro onde o campo da nossa pesquisa está localizado.

Nesse sentido, é possível compreender as particularidades do racismo brasileiro que cria condições de desigualdades entre a população, sendo as questões de raça e classe social indissociáveis para a discussão. Mas como vimos anteriormente, a ideia de meritocracia é muito reforçada no capitalismo e desconsidera as barreiras raciais criadas no pós-Abolição.

As barreiras mostram a condição de exploração do trabalhador negro, do acesso desigual à moradia adequada e ao saneamento básico, à precariedade ao acesso à educação e da exposição aos mais diferentes tipos de violência. E, para além disso, as diferentes dimensões das desigualdades raciais afetam as subjetividades da população negra.

2.2.

A discussão sobre a segregação sócio-racial e a cidade do Rio de Janeiro

Como vimos, o período colonial e o sistema escravagista acarretaram em consequências e práticas duradouras para a realidade brasileira. Segundo Maricato (2003), o processo de urbanização no país se deu no início do século XX, juntamente com a industrialização, e não superou características marcadas pela concentração de terras, poder e renda, resultando, assim, na promoção de desigualdade social no território urbano, sendo a segregação espacial uma de suas faces mais importantes.

De acordo com Negri (2010), a segregação socioespacial faz parte dos eixos dos estudos sobre o espaço urbano que visam compreender a complexidade das relações sociais frente a questão da habitação, da produção e ocupação do solo e a forma que a luta de classes se apresenta nas cidades.

Para o referido autor (Negri, 2010), muitos trabalhos publicados sobre a segregação urbana enfatizam os aspectos metodológicos das pesquisas, outros estão preocupados em medir o tamanho da segregação em comparação com diferentes

partes do mundo, também existem estudos que relacionam a temática com as políticas públicas, ou, então, sobre as consequências da segregação para as classes de menor renda.

Nesse trabalho, diferente de Negri (2010) que tem o foco no aspecto econômico, temos o interesse de refletir também sobre a segregação socioespacial através da ótica sobre a questão racial, buscando problematizar sobre o lugar da população negra na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Oliveira (2008), é possível analisar a segregação através de variáveis, como social, política, cultural, religiosa, étnico-racial, espacial, econômica, pois é um processo que não tem um único aspecto. Em seus estudos sobre o negro no Rio de Janeiro, Costa Pinto (1953) já concluía que a estratificação social está imbricada com a estratificação racial na cidade, ou seja, a maior parte da população negra fazia parte do segmento social mais empobrecido. Dessa forma, devido as particularidades históricas do país, ambos aspectos devem ser considerados quando se trata da realidade brasileira.

A esse respeito, Ribeiro (2020) afirma que ao longo da história foram estabelecidas barreiras raciais, através da estrutura fundiária, do fim do tráfico negreiro, da abolição da escravatura sem medidas de integração dos ex-escravizados e do incentivo a imigração europeia, que serviram como empecilho ao acesso à propriedade da terra e dificultaram a ascensão econômica da população negra, reatualizadas com o racismo estrutural e que atualmente são evidenciadas nas formas de ocupação do espaço urbano.

Em sua tese sobre as relações raciais e a segregação social no espaço urbano, Panta (2018) constata que a população negra é o grupo social com menor renda, residindo de forma expressiva em conjuntos habitacionais e loteamentos populares distribuídos nas periferias de Londrina, ou através da ocupação considerada irregular e da autoconstrução.

Segundo Panta (2018), a maioria dos estudos sobre a segregação urbana nas metrópoles brasileiras não utilizam a raça como categoria analítica relevante, sendo mais comum a reflexão através da ótica das classes sociais, questões econômicas e a respeito do mercado imobiliário. A mencionada autora afirma que as discussões sobre o espaço urbano, que contemplam a questão racial, não ignoram as questões

sociais e econômicas, pelo contrário, englobam também tais debates, servindo para expandir o debate.

Panta (2018) afirma, ainda, que as causas da segregação da população negra nas periferias pobres podem ter as seguintes razões, em suas palavras:

[...] em razões mais recorrentes nos estudos revisados são: a) modelos urbanísticos pautados no pensamento eugênico e higienista, que adquiriu grande vigor nas primeiras décadas do século XX, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essas intervenções, que expulsaram dos grandes centros urbanos a população negra levando-a a ocupar os territórios mais precários vieram a exercer influência sobre diversas cidades brasileiras (ROLNIK, 1989; SILVA, 2006; CUNHA Jr. e RAMOS, 2008); b) soma-se aos processos históricos e sociais o ciclo cumulativo de desvantagens desse grupo social que, entre as diversas consequências, acarretou à população negra uma espécie de pobreza estrutural (CAMPOS, 2012); c) como a população negra, em sua maioria, não pertence à classe detentora de recursos econômicos que lhe permitiria escolher onde habitar resta-lhe residir naquelas áreas que suas condições permitem pagar, a exemplo dos conjuntos habitacionais e outros tipos de moradia popular; ou, nos casos dos segmentos mais pobres, nem sequer existem alternativas, o que os leva à ocupação de áreas urbanas irregulares, a constituição de favelas e a outros tipos de ocupações precárias (Panta, 2018, p. 74).

Além disso, Mariana Panta afirma que a segregação também pode ser experienciada por pessoas negras com poder aquisitivo mais elevado, sendo a mais expressiva e dentre as hipóteses de suas causas estão a ascensão social recente e a existência de uma autosegregação como forma de minimizar o contato com brancos e sofrer discriminações.

Segundo Rolnik (1989), muitos estudos trazem a referência dos guetos norte-americanos para negar a existência de qualquer tipo de segregação racial nas cidades brasileiras. Mas muitos autores defendem que é possível utilizar o conceito no contexto brasileiro, assim como Telles (1996) que considera a segregação racial no Brasil moderada em comparação a segregação legal dos Estados Unidos, pois em suas palavras:

Não existe segregação legal no Brasil, desde pelo menos a abolição em 1988. Além disso, acreditava-se que a segregação residencial por raça existisse apenas se correlacionada a classe. Minha pesquisa demonstra que existe segregação residencial urbana no Brasil, porém em níveis menores do que nos Estados Unidos. Além disso, a segregação entre brancos, pardos e negros com rendas familiares semelhantes é apenas moderada. Assim, comparadas às relações segregadas e desiguais entre brancos e negros nos Estados Unidos, no Brasil estas relações são menos segregadas, porém mais desiguais (Telles, 1996, p. 132-133).

A esse respeito, Souza (2013) afirma que o conceito de segregação é campo de disputa e denso de historicidade. E apesar de alguns autores acreditarem que o conceito não deve ser utilizado para analisar experiências brasileiras, pois respondem as “duras” realidades do Apartheid nos Estados Unidos e na África do Sul, o autor considera que a compreensão do conceito deve passar pelas particularidades de cada território. Negar os processos de segregação, ou seja, de afastamento e/ou separação vivenciados por sujeitos sociais nas cidades brasileiras serve para atenuar tais processos.

Segundo Telles (1992), após analisar a segregação residencial em 35 cidades do Brasil de acordo com o censo de 1980, seguindo parâmetros de posição socioeconômica e da cor da pele, concluiu que a segregação entre brancos e negros é a mais elevada, em seguida fica aquela entre pardos e negros e em terceiro entre brancos e pardos. Para maioria da classe média caucasiana, a separação residencial é assegurada pela concentração da população negra em classes socioeconômicas baixas e nas regiões distintas.

De acordo com Rolnik (1989), ainda que o tema seja pouco explorado na sociologia urbana é plausível discutir sobre a segregação racial, a discriminação e dominação branca no país, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, marcadas pela estigmatização e marginalização do espaço ocupado pela população negra.

Em seu artigo, Rolnik (1989) evidencia a presença de territórios negros⁷ nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro durante a escravidão e após a abolição. A contribuição é fundamental para se pensar a trajetória da população negra nos quilombos urbanos situados em cômodos e casas coletivas nos centros das cidades, para além das zonas rurais presentes na historiografia. Nas palavras da autora:

Nas ruas do Centro, escravos domésticos misturavam-se aos de ganho, alugados por seus senhores por hora ou dia. Ser escravo de ganho era um dos caminhos possíveis para a conquista da liberdade, na medida em que possibilitava a compra da alforria através da formação de um pecúlio próprio. Somam-se a estes os libertos pelas várias vias institucionais, brechas na legislação que regulava a escravidão que aumentavam à medida que findava o século e intensificava-se a ação abolicionista. O contingente de libertos nas cidades chegou a proporções surpreendentes nesse período. Em São Paulo, em 1872, dos 12 mil negros da cidade – ainda 1/3 da população –, apenas 3.800 eram escravos. No Rio de Janeiro, dos 125 mil pretos e pardos da cidade, quase a metade da população total, eram 47 mil os escravos³. Os libertos exerciam vários ofícios – de sapateiros a barbeiros, cirurgiões, lavadeiras e, as mais comuns, quitanda

e cangalha⁴. Além de possibilitar o acesso à liberdade pelas vias institucionais, a cidade oferecia também uma chance maior de anonimato para os escravos evadidos das fazendas. Por isso mesmo, nessas cidades negras foi se tecendo uma rede de socialização e sobrevivência negra paralela à escravidão que cada vez mais representava uma alternativa concreta à senzala. Nos limites da senzala estava a demarcação da autonomia desse território negro sob a escravidão – o corpo do escravo era propriedade do senhor. Só a fuga e a libertação eram capazes de romper esse limite, devolvendo ao homem escravo o poder sobre sua própria vida. Daí nasce o quilombo, zona libertada da escravidão (Rolnik, 1989, p. 77).

Nos seus estudos sobre planejamento urbano e o negro na cidade do Rio de Janeiro, Campos (2006) conclui que a cidade no século XX promoveu a segregação sócio-espacial, pois a modernização urbana carioca contou com a ação do poder público com inclinação a agir, conforme os interesses do mercado imobiliário, resultando, em suas palavras “promoção de uma intensa “periferização” das populações de pobres, compostas em sua grande parte por afrodescendentes, constituindo-se, assim, o que aqui se denomina *espacialização perversa* desse contingente” (Campos, 2006, p. 337).

Para Oliveira (2008), a segregação racial no Rio de Janeiro tem como resultado a ocupação das habitações precárias e com baixa qualidade de saneamento básico. O autor afirma que a segregação racial nas cidades brasileiras utiliza estratégias legais e projetos de renovação urbana para expulsar as camadas populares, principalmente as populações negras para os morros da cidade.

O Rio de Janeiro passou por um grande processo de remodelação urbana com práticas higienistas desde o século XIX que resultou em um plano de demolições de habitações populares (Abreu, 2006; Siqueira, 2010). Para Lira (1999), as áreas metropolitanas brasileiras são um reflexo das contradições presentes na história da formação nacional e dos sistemas econômicos, institucionais e ideológicos predominantes.

Entretanto, de acordo com Siqueira (2010), apenas a partir do início do século XX a urbanização adquiriu um processo mais amplo de modernização. Nas palavras da autora:

A questão da identidade nacional e a questão urbana incluídas na pauta republicana, na realidade vão ganhar novas dimensões somente a partir de 1930. Podemos dizer que o impulso se desdobra a partir desta década quando se implementa um padrão de produção econômica e cultural, alicerçando as bases de uma nova ordem: urbano e industrial. [...] o Estado Novo (1937-1945) realizando expectativas difusas da

sociedade civil, se assume como arauto da modernidade e realizador dos ideais dos anos 20 (Siqueira, 2010, p. 225).

Segundo a autora supramencionada, o processo de urbanização atendia a necessidade de realização de obras de saneamento e infraestrutura urbana e projetos com base na estética idealizada para mostrar o progresso das capitais brasileiras. As práticas higienistas e de controle social acompanharam as transformações no espaço urbano, eliminando habitações consideradas insalubres. O projeto de modernidade urbana, então, refletiu na exclusão econômica, política e na segregação espacial das camadas mais pobres que habitavam a cidade, atingindo principalmente a população negra.

No contexto atual, dentre os territórios brasileiros com grandes índices de disparidades sociais está o Rio de Janeiro. Segundo o estudo realizado pela Casa Fluminense¹⁴, o Rio está entre as 10 metrópoles mais desiguais do mundo, com mais de 13 milhões de habitantes distribuídos em 22 cidades. O estudo evidencia que as cidades da Baixada Fluminense possuem os piores Indicadores de Desenvolvimento Humano e Social do Estado.

Os dados do Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, elaborado pela Casa Fluminense em 2020, nos mostram que os maiores rendimentos médios mensais e as oportunidades de emprego, estudo, lazer, saúde e outros estão essencialmente localizadas na capital, resultando no deslocamento diário de 2 milhões de moradores da metrópole.

Ao observar a distribuição populacional geográfica por critério racial, renda mensal e mercado de trabalho é evidente que a população negra (pretos e pardos) reside majoritariamente na Baixada Fluminense, território com renda mensal, salário médio e vagas de emprego menor em comparação com as cidades do Rio de Janeiro, Petrópolis ou Niterói. Além disso, há disparidades em relação ao acesso a saneamento básico, lazer e educação que possuem melhores índices na capital, demonstrando uma distribuição desigual dos serviços básicos na metrópole.

¹⁴ Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro de 2020 foi considerado um grande desafio por publicar dados socioeconômicos no contexto pandêmico, momento de forte negação à ciência e a transparência de informações. Porém o Mapa se expressou em uma grande fonte de dados com indicadores importantes para o debate das desigualdades sociais. Disponível em: <https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf>. Acesso em: 03 maio 2022.

Outro fator relevante é sobre as diferenças salariais por critério racial, os dados apontam que o trabalhador informal e formal branco tem renda 75% superior do que os pretos e pardos. Na cidade do Rio de Janeiro, recebe 41,9% a mais do que a população negra, evidenciando a desigualdade que a população não-branca sofre no mercado de trabalho.

Já em relação à segurança pública, o Mapa demonstra que a chamada guerra às drogas afeta diretamente a vida da população que residem nas favelas e nas periferias da cidade do Rio de Janeiro, pois a estes, para além da repressão policial, há uma discriminação de longa data por parte do poder público e dos veículos de informação. Os dados mostram que 81%, em relação ao total, dos homicídios decorrentes da intervenção policial afetam pessoas negras na cidade do Rio.

Dessa forma, é possível afirmar que o conceito de segregação racial, apesar das controvérsias conceituais, é de fundamental importância para compreender a realidade da questão racial nas cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro.

3

A intervenção estatal nas favelas cariocas

Desde o surgimento até, em certa medida, na atualidade, existe uma representação negativa a respeito das favelas por alguns segmentos da sociedade, em especial pela mídia e por setores do poder público. Segundo Valladares (2000), as favelas eram consideradas como um lugar de pobreza extrema, associadas às condições de irregularidade e ilegalidade. Carregavam a culpa por praticamente todas as mazelas da cidade. Ao refletir sobre a história de segregação racial da nossa sociedade, compreendemos que grande parte das populações que habitam as favelas e cortiços são negras. Assim, todo preconceito associado especificamente ao racismo (já mencionada no capítulo 1) foi espelhado para as habitações populares.

Segundo Andreino Campos (2005), as favelas são oriundas da lacuna formada pela precariedade das políticas habitacionais. Elas respondem ao déficit habitacional e abrigam grande parte da classe trabalhadora, que buscavam se instalar próximos aos locais de oferta de emprego, ainda que grande parte da população fora excluída do mercado de trabalho formal e marginalizada economicamente. O autor considera que o período da abolição resultou em um grande número de pessoas à procura de um abrigo na área central da cidade e que encontraram nos morros e encostas um lugar para se estabelecer.

O autor também considera o quilombo como espaço *transmutado* em favela, a partir do momento em que o quilombo perde sua função de resistência à escravidão. Ao seu ver, essa apropriação espacial possibilita uma análise completa que compreende aspectos como a segregação espacial, política, cultura, discriminação e a criminalização dos mais pobres.

Para Andreino Campos, o processo de construção da cidade não contempla os ‘grupos minoritários’. As metrópoles brasileiras tiveram uma estrutura fundiária consolidada desde o período imperial, que privilegiou a concentração da propriedade para grupos detentores de poder, resultando no agravamento da questão habitacional. E o poder público, ao invés de buscar compreender as favelas como problema social e estrutural, ainda as entendia como caso de polícia. Concordamos

Historicamente, sobretudo na Cidade do Rio de Janeiro, as favelas, assim como os cortiços, surgiram no cenário urbano carioca para suprir o hiato formado pelo déficit habitacional, abrigando, inicialmente, em sua grande maioria, uma massa de pobres que procuravam habitar próximo aos locais onde era oferecido trabalho, principalmente para aqueles que não detinham qualificação profissional. Por não se constituírem em indivíduos fenotipicamente enquadrados nos ideais de monarquistas e, posteriormente, de republicanos, nos termos colocado por Chalhoub (1996a, 1996b), Sodré (1988) e Cunha (1985), entre outros autores, eles observam que os negros escravos ou alforriados foram excluídos da prática política e marginalizados economicamente, apontados pela sociedade da época- e permanecendo até os dias atuais, agora de maneira mais subjetiva- como “vadios”, “vagabundos”, “desocupados” (BASBAUM, 1976, p. 179-83) e outros termos depreciativos sociais, que, na base, tinham como pano de fundo o preconceito racial (Campos, 2005, p. 21-22).

com o autor quando o mesmo afirma que essa realidade se dá pelos aspectos raciais de sua população. Nas palavras do mesmo:

De acordo com Valladares (2005), muitos autores se propõem a discutir sobre seus mitos de origem com muita dificuldade de afirmar o exato momento de surgimento da primeira favela. A versão mais disseminada em relação às favelas cariocas tem relação com a Guerra de Canudos. A autora, sem pretender definir qual foi o primeiro morro ocupado, afirma que o mito de origem das favelas se relaciona com esse conflito. O morro da Providência, na região central da cidade, passou a se chamar Morro da Favella, provavelmente por existir um morro chamado Favella no município de Monte Santo em Canudos. Deveria ser chamado assim pela presença de uma planta, cujo nome era justamente “favella”, espécie comum nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Os soldados que retornavam da guerra se estabeleceram, com a tolerância do Exército, no Morro da Providência, que se encontra atrás do prédio do antigo Ministério da Guerra, na região central do Rio de Janeiro (Gonçalves, 2016). A partir dos anos 1920, o termo passa a ser usado a todas as habitações que parecessem com o Morro da Favella. Assim, favela passa a denominar todas as ocupações consideradas precárias e/ou nas encostas dos morros na cidade do antigo Distrito Federal. Elas serão estereotipadas e associadas também à marginalidade (Perlman, 1977) e à condição de ilegalidade das habitações sem considerar seu caráter heterogêneo (Gonçalves, 2016).

Para Valladares (2005, p. 36), no momento em que as favelas passam a se expandir, sua representação social as coloca como “um problema a ser resolvido” em prol do futuro da cidade e seus habitantes. E aos seus moradores restava o

estigma de “classe perigosa”, resultando em um processo de discriminação. Já, em 1920, a autora descreve a “campanha contra a lepra da esthetica”, conduzida pelo rotariano e agente do mercado imobiliário Mattos Pimenta, que reforça as representações negativas às favelas. Sob influência de Mattos Pimenta, a prefeitura da cidade contrata o arquiteto francês, Alfred Agache, para desenhar um plano urbanístico para a cidade. Concluído em 1930, o plano tinha a intenção de “remodelar e embelezar” a cidade, prevendo os mecanismos necessários para a erradicação das favelas da capital.

Independentemente de sua origem, ao decorrer da sua história, as favelas foram alvo de representação higienista de suas habitações e moradores e de uma “política de tolerância ambígua” (Gonçalves, 2016, p. 74), que resultaram no desejo de sua erradicação por parte de setores dos poderes públicos e da sociedade. O Código de Obras de 1937, por exemplo, consolidou essa marginalização das favelas, proibindo a ampliação das favelas, a cobrança de aluguéis nesses espaços e prevendo a eliminação das mesmas. Gonçalves (2016) afirma que o Código também menciona a intenção do poder público de construir habitações baratas como um plano de “solução” para as habitações precárias. O Código de Obras, em seu artigo 349, previa a substituição das favelas por habitações de tipo mínimo.

Atores sociais distintos, como a imprensa, a Igreja Católica, profissionais, como arquitetos, engenheiros, médicos e assistentes sociais passam a se aproximar da questão para conhecer e contribuir com soluções para solucionar o “problema” das favelas na cidade. Entre as primeiras produções sobre a intervenção nas favelas está o trabalho de conclusão de curso da Assistente Social Maria Hortência do Nascimento e Silva, de 1942, demonstrando que o Serviço Social participou ativamente desse processo, sendo provavelmente a primeira disciplina das Ciências Sociais a discutir e estudar as favelas (Valladares, 2000).

Segundo Gonçalves (2016), a política pública de tolerância das favelas contava com a remoção, ou ao menos a ameaça de remoção, das que estavam em locais de interesse imobiliário e certa tolerância das favelas nas áreas mais periféricas. Essa tolerância também tem relação com a forma que o poder público enxerga esses territórios, como provisórios e ilegais, legitimando a exclusão dos moradores de favelas aos serviços públicos.

Para Burgos (2006), o início da implementação de políticas públicas voltadas para as favelas do Rio de Janeiro só se consolidou nos anos 1940. O autor afirma que o atraso para as favelas ingressarem na agenda do poder público se deu devido ao preconceito racial e à distância social entre o mundo popular e a elite da cidade, principalmente no que tange a restrição ao voto eleitoral dos analfabetos, que compreendia em grande parte a população que residia nas favelas.¹⁵

Segundo Gonçalves (2016), o aguçamento da crise habitacional durante o Estado Novo de Vargas e a valorização do solo urbano no início da década de 1940 resultaram na expansão das favelas, impulsionando uma ação por parte dos poderes públicos. O pacto trabalhista construído por Getúlio Vargas fez com que atuasse inicialmente na construção dos Parques Proletários provisórios. Cavalcanti (2009) afirma que apesar do projeto não ter obtido resultados concretos, estabeleceu dois precedentes na intervenção em favelas: o da remoção e das ações policiais coercitivas, coincidindo com pequenas obras de melhorias. A esse respeito, Gonçalves (2016) também afirma que as políticas públicas em relação as favelas durante o século XX se expressavam na imposição de um rígido controle social.

O referido autor afirma que com o fim do Estado Novo e o estabelecimento de um novo período democrático, outros atores entram em cena, como o Partido Comunista, que volta à legalidade em 1945 e passa a atuar nas favelas, obtendo resultados favoráveis nas eleições de 1947. A repressão nas favelas e o descaso do poder público em relação as reivindicações dos favelados é motivo de expansão do ideário comunista nesses territórios. Porém, em 1947, o PCB é posto na ilegalidade novamente. O Partido Comunista mantém sua atuação através de várias organizações, como os comitês democráticos, as Uniões Femininas ou as associações de bairros, o que faz com que as favelas passem a ser alvo de campanhas sistemáticas contra a ameaça vermelha.

Para Gonçalves (2016), a campanha denominada “A Batalha do Rio”, iniciada no Correio da Manhã pelo jornalista Carlos Lacerda, em 1948, buscava travar uma guerra às favelas, ou seja, minar os ideários comunistas disseminados pelo PCB,

¹⁵ A exceção foram as iniciativas do prefeito Pedro Ernesto nos anos 1930 (1931-1936), que procurou se aproximar do mundo do Samba e realizou algumas melhorias em favelas da cidade em contraponto ao que fora anunciado pelo Plano Agache e, posteriormente, pelo Código de Obras de 1937 (Gonçalves & Pessanha, 2021).

assim como a influência trabalhista, propondo uma outra via, capaz de articular diversos atores nessa “guerra”.

Segundo Brum (2013), outro ator social relevante na atuação junto as favelas foi a Igreja Católica. Uma das primeiras instituições católicas a atuar nas favelas foi a Fundação Leão XIII, com objetivo de barrar os avanços comunistas no ideário dos moradores. Exercia sua intervenção com a criação de Centros de Ação Social, que, de acordo com Robaina (2013), facilitavam o controle social dos moradores das maiores favelas cariocas, tais como Praia do Pinto, Barreira do Vasco e Jacarezinho. Além disso, Burgos (2006) afirma que a Fundação Leão XIII também proporcionou serviços de luz, esgoto, água em algumas delas.

Para Valladares (2005), a década de 40 também foi momento de um conhecer mais técnico sobre as favelas, ou seja, passam a ser elaborados documentos de coleta de dados para a formulação de políticas públicas, conforme comprovam o Censo de Favelas da prefeitura do Distrito Federal de 1948 ou o censo nacional de 1950. A autora supramencionada afirma que o primeiro censo das favelas, o supramencionado da prefeitura do Distrito Federal, trouxe um caráter bastante preconceituoso, com aspectos sociais e raciais que evidenciavam uma teoria conservadora eugenista. Nas palavras da autora:

O “Censo de Favelas – aspectos gerais, é deveras surpreendente pelo contraste entre a qualidade e o interesse das informações apresentadas pela primeira vez ao público, e os comentários e interpretações, expressando preconceitos sociais e raciais [...]. Um bom exemplo é o tema da “cor” dos residentes. Em primeiro lugar, aparecem resultados que mostram o grupo mais numeroso de mestiços ou pardos, com 36%, em seguida vêm os negros, 35% e os brancos, 29%. Esses percentuais contrastam com o peso desses mesmos grupos no conjunto do Distrito Federal segundo o recenseamento de 1940: 17%, 11% e 71%, respectivamente. O comentário que segue, longe de explicitar a contribuição desses resultados com respeito aos discursos anteriores, como seria possível esperar, logo descamba para o preconceito racial mais rasteiro: “Não é de surpreender o fato de que os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população” (Prefeitura do Distrito Federal, 1949, p. 8)” (Valladares, 2005, p. 65).

A mesma autora afirma que o Censo Geral de 1950 contou com contribuições sociológicas. Esse censo definiu uma categoria geral da favela e trouxe um novo ordenamento para o trabalho intelectual, assim como uma nova postura sobre o debate político sobre habitação. Segundo Oliveira (2021), os censos

disponibilizavam informações sobre a morfologia social das favelas cariocas, mas ao mesmo tempo eram dotados pelos mitos e estigmas das favelas. Em 1950, o coordenador da pesquisa, Alberto Passos Guimarães afirma que os moradores de favelas eram “trabalhadores”, rompendo com as representações negativas presentes no censo anterior.

Nessa perspectiva, Gonçalves (2020) afirma que o Censo de 1950 não reproduziu proposições racistas e possibilitou uma interpretação crítica a respeito das desigualdades raciais no espaço urbano, em suas palavras:

Os dados sobre as favelas do Censo nacional de 1950, por sua vez, não reproduz tais afirmações. Alberto Passos Guimarães, analisando o Censo de 1950, pontua de maneira interseccional as condições de trabalho com a questão racial, afirmando que a população de favelas trabalha em atividades de baixa remuneração e que aos grupos preto e pardo “as atividades de caráter mais elevado” e as posições superiores” não são facilmente acessíveis. Tal posicionamento vai ao encontro do pensamento de Luiz de Aguiar Costa Pinto sobre a segregação racial no Rio de Janeiro, onde “as favelas apresentam-se como núcleos segregados da população pobre e de cor exatamente nos bairros onde os brancos constituem a maioria (Gonçalves, 2020, p. 6).

A Igreja Católica manteve forte presença nas favelas, inicialmente com a Fundação Leão XIII e, a partir de 1955, com outra organização católica, a Cruzada São Sebastião, instituição fundada sob a influência do bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara.

Licia Valladares (2005) afirma que, diferente da primeira, a Cruzada São Sebastião caminhou no sentido de urbanização das favelas na “solução racional”, na produção de moradias e equipamentos de infraestrutura. A instituição foi responsável pela construção de um Conjunto Habitacional no Leblon, que foi chamado de Bairro São Sebastião e reassentou cerca de 910 famílias da favela da Praia do Pinto, localizada ao lado do conjunto e também próxima a Lagoa Rodrigo de Freitas. A intervenção seguiu um parâmetro na contramão dos parques proletários provisórios do poder público, pois considerou construir moradias definitivas próximas à favela de origem. Retomaremos essa experiência nos próximos subcapítulos.

O interesse imobiliário e o autoritarismo durante os governos de Carlos Lacerda e Negrão Lima, nos anos de 1960, foram fatores decisivos para uma política de remoção das favelas localizadas na Zona Sul, principalmente próximas

a Lagoa Rodrigo de Freitas. Entre as décadas de 1960 a 1970, durante o período ditatorial civil-militar, foram removidas diversas favelas, como Ilha das Dragas, na Lagoa, Morro do Pasmado, em Botafogo, Macedo Sobrinho, no Humaitá, Praia do Pinto, no Leblon e o Parque Proletário da Gávea. A maior parte dos moradores foi removida para as áreas das zonas Norte e Oeste, em conjuntos habitacionais como Cidade de Deus, em Jacarepaguá, Dom Jaime Câmara, em Padre Miguel, Cidade Alta, em Cordovil e Vila Kennedy e Vila Aliança em Bangu.¹⁶

A intervenção do poder público resultou no maior processo de segregação socioespacial ao realizarem a transferência da população de favela para conjuntos habitacionais distantes na área central da cidade (Brum, 2012). De acordo com Gonçalves (2016, p. 217), esse processo “significava, assim, privá-los dos diversos benefícios inerentes à centralidade urbana, expulsando-os para os subúrbios, onde se situam as moradias populares construídas pelo estado da Guanabara.”

Para Brum (2012), a década de 1960 foi o momento de maior cooperação internacional, com muita influência dos Estados Unidos nas políticas urbana. Benmergui (2021) afirma que o contexto da Guerra Fria foi momento em que os Estados Unidos passam a utilizar a questão da moradia como um trunfo político ao desenvolver programas habitacionais nos países do continente.

Brum (2012) afirma que a década de 1960 também foi lugar de uma política de remoção mais intensa das favelas a partir do período da Ditadura militar. O autor afirma que as remoções resultaram em uma maior segregação socioespacial, pois houve o reassentamento dos favelados da Zona Sul para terrenos na periferia da cidade, desconsiderando seus meios de sociabilidade e emprego. Apesar de muita repressão e controle social, os favelados se organizaram de forma mais ativa na luta por suas reivindicações e muitos foram presos e torturados.

A esse respeito, Gonçalves (2016) afirma que, em 1969, moradores da Favela da Praia do Pinto, então uma das maiores favelas cariocas, retomam sua ação de resistência à remoção. Porém a organização dos moradores não conteve o interesse imobiliário da região, muito menos a violência direcionada aos favelados pela

¹⁶ Notícia “História viva dos morros do Rio”, Jornal O Globo, 09/01/2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/historia-viva-dos-morros-do-rio-11253710>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ditadura. E, no mesmo ano, um incêndio de causa duvidosa se alastrou por toda a extensão da favela, deixando apenas os escombros e uma população desabrigada. O terreno, que antes era localizada a favela da Praia do Pinto, posteriormente deu lugar a construção de um conjunto residencial chamado Selva de Pedras, que foi destinado aos oficiais militares. Nas palavras do autor:

Os conjuntos habitacionais tornaram-se, assim, uma espécie de “zonas de passagem” para uma grande parte dos favelados. Ao invés de conter a favelização, essa política, pelo contrário, acabou por estimulá-la, especialmente nos subúrbios, aumentando, por outro lado, de forma exponencial, a segregação espacial. Os números mostram que o período compreendido entre os anos de 1968-1974 correspondeu a 65,1% de todas as remoções efetuadas entre 1962-1974, e que o crescimento quantitativo do número de favelas atingiu 74% entre 1970-1974, enquanto o crescimento da população favelada foi da ordem de 36%. As remoções não conseguiram deter o processo de favelização, enfraqueceram ainda mais a legitimidade política do regime militar junto às massas e se mostraram um desastre financeiro (Gonçalves, 2016, p. 250).

Para Pestana (2022), a década de 1970 foi momento de uma forte repressão como forma de controle dos movimentos sociais e da população moradora de favelas. Desse modo, a organização social das favelas passa por um enfraquecimento que resultou na intensificação da política de remoções. O momento também conta com a erradicação da Favela da Catacumba, próxima a lagoa Rodrigo de Freitas, após seus moradores cederem na longa batalha às pressões e intervenções autoritárias (Gonçalves, 2016).

Para Brum (2013), as remoções executadas têm relação com a ampliação do estigma de favela, ou seja, das representações negativas e dos estereótipos presentes no imaginário social referente a esses espaços. Apesar de ter sido tolerada pelo Estado, a ambição de erradicar as favelas sempre esteve presente em diversos setores da sociedade. O autor afirma que na ordem capitalista, há uma importância concedida à propriedade privada e à condição de proprietário no “padrão formal/legal” de moradia. Nesse sentido, as habitações em favela estariam na contramão dessa realidade, o que justificaria práticas remocionistas, obrigando os moradores a se deslocar na cidade conforme os interesses imobiliários.

Entre o final da década de 1970 até meados de 1980, as favelas passam a se consolidar efetivamente no espaço urbano. Mas as políticas de remoção permanecem sendo uma realidade com a justificativa de casos de risco à vida ou

obras estatais no território de forma mais pontual (Gonçalves, 2016). Nesse momento, o poder público realiza uma política de urbanização pautada na autocrítica de seu passado, após muita luta dos movimentos sociais, começa a buscar outros caminhos para melhorar os serviços públicos e a qualidade de vida da população.

A partir da segunda metade da década de 1970, o BNH cria programas alternativos, dentre eles o Programa de Erradicação da Sub-habitação-Promorar, que visava erradicar as favelas do Rio, mas mantendo os moradores na mesma área. No Rio de Janeiro, o PROMORAR foi responsável pelo Projeto Rio, que urbanizou o conjunto de favelas da Maré. A experiência do programa é interrompida por falta de verbas e se extingue em 1986 com o fim do BNH (Cardoso, 2007).

Segundo Cardoso (2007), além do Promorar, no Rio de Janeiro, o primeiro governo Brizola (1983-1987) desenvolveu várias iniciativas, como o programa “Cada Família um Lote”, com maior atuação na regularização e urbanização de assentamentos precários, assim como o Programa Favela CEDAE (PROFACE) para instalar saneamento nas favelas. A Prefeitura do Rio de Janeiro também empreendeu projetos na década de 1980 nas favelas, como o projeto Mutirão, responsável pela melhoria em dezenas de favelas na cidade.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 consolidou um entendimento pela urbanização de favelas em detrimento da remoção empreendida anteriormente. Esse novo entendimento jurídico se consolidou após a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº10257), em 2001. Apesar desses avanços, a ação do Estado é alternada entre prover melhorias e intervir de forma violenta. De acordo com Leite (2012, p. 377-378), a presença estatal é também “marcada pela prestação de serviços de baixa qualidade, clientelismo e ineficiência das instituições estatais, brutalidade policial e desrespeito aos direitos civis de seus habitantes.”

Ainda segundo Leite (2012), entre 1990 e a década de 2000, o Estado passa a promover uma chamada “guerra” aos narcotraficantes que se instalam nas favelas. A “guerra” passa a ser um elemento a mais no que tange à estigmatização de seus moradores, além de cercear o direito de ir e vir da população e até mesmo o mais básico direito à vida. A atual política de segurança pública reflete a natureza racista

das estruturas de nossa sociedade e atinge sobretudo a população negra que reside de forma majoritária nas favelas.

É evidente que a violência letal não atinge as regiões da cidade de forma igualitária e a população frequentemente afetada reside em áreas mais empobrecidas e periféricas. Esse fato é pesquisado por Rivero (2010), que, em sua análise, utiliza dados georreferenciados das vítimas de mortes violentas entre os anos de 2002 e 2006 na cidade do Rio, comprovando a existência de padrões das mortes distribuídas no território e evidenciam a complexidade da segregação social das populações de favelas em áreas mais pobres, principalmente localizadas na Zona Norte e Zona Oeste da cidade.

Já em 1978, Abdias do Nascimento apontava a existência de um genocídio¹⁷ da população negra no país. Calmon (2019), por sua vez, traz uma análise comparativa entre o postulado evocado por Abdias do Nascimento e o Mapa da Violência (2016) para debater sobre o papel racista exercido pela Polícia Militar, que tem como efeito a morte sistemática da população negra. Nas palavras da autora:

Com a Guerra às drogas, a polícia brasileira também vem “cumprindo o seu dever” com a população negra resultando na morte de aproximadamente 3009 pessoas só no ano de 2014 (ANUÁRIO BRASIEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015). Com a ajuda do “terceiro poder”, a mídia, esse processo vem sendo noticiado de maneira heróica e de forma maçante, enfatizando o perigo de andar nas ruas e o papel honrado da polícia de prender e matar criminosos (Calmon, 2019, p. 147).

Em 2021, uma operação policial bateu o recorde de mortes com o total de 25 vítimas, dentre elas um policial civil. A operação no Jacarezinho foi efetuada enquanto ainda estava em vigência a suspensão de operações em favelas durante a pandemia. De acordo com o sociólogo Daniel Hirata, a chacina que ocorreu no Jacarezinho não é uma casualidade. A ocorrência de mortes em operações policiais em favelas é uma característica regular nos últimos 15 anos.¹⁸ Outra face da estigmatização de favelas é revelada na prática do encarceramento em massa. A sociedade racista constrói um imaginário social que remete a noção de perigo a determinado grupo de pessoas. O medo, que faz parte da questão ideológica do

¹⁷ A obra de Nascimento (1978) que define genocídio como o uso de medidas deliberadas e sistemáticas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural.

¹⁸ Disponível em: <<https://geni.uff.br/2022/05/06/chacinas-policiais/>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

racismo, é, assim, responsável pela perpetuação da lógica de exclusão, da violência, tortura, aprisionamento e mortes da população negra (Borges, 2019).

Dessa forma, podemos afirmar que o processo de intervenção estatal nas favelas cariocas contou com a presença de muitos atores e essa atuação foi pautada em práticas higienistas, moralistas, clientelistas e segregacionistas ao longo dos anos. Buscavam, assim, garantir o controle social da população mais pobre. Apesar do período de redemocratização ter se expressado em um momento de avanços significativos no que tange aos direitos sociais e em relação a luta dos moradores de favela, as representações negativas permanecem fazendo parte do imaginário social e resultam nas formas de discriminação, que resultam em intervenções policiais violentas e práticas de remoção dissimuladas em discursos distintos, como a questão ambiental.

3.1.

O Conjunto habitacional Cruzada São Sebastião e o Leblon

Como mencionamos anteriormente, a Igreja Católica foi um ator social de grande importância para a história das políticas habitacionais. O conjunto habitacional construído pela Cruzada São Sebastião no Leblon foi idealizado por Dom Helder Câmara, então arcebispo do Rio de Janeiro, e era denominado como Bairro São Sebastião, mas atualmente é conhecido somente como a Cruzada. Esse conjunto foi construído através de uma parceria com o governo federal através de subsídio e a oferta do terreno para reassentar parte dos moradores da favela da Praia do Pinto.

Segundo Ferreira (2021), Dom Helder foi um líder progressista da Igreja Católica e um grande articulador que logrou em realizar uma articulação entre o governo de Café Filho e, posteriormente de Juscelino Kubistchek e instituições privadas para a organização católica criada por ele. A atuação do bispo demonstrou o compromisso social e a preocupação de alguns setores da Igreja com as camadas mais empobrecidas, propagando o cristianismo e atendendo materialmente as necessidades da população que residia nas favelas. A Cruzada atuou em várias favelas e construiu um conjunto habitacional menor no Morro Azul, no Bairro do

Flamengo, mas sua obra mais conhecida é realmente o conjunto habitacional localizado no Leblon, que começou a ser construído em 1955.

Para Gonçalves et al (2010), a Igreja Católica possui uma atuação importante nos bairros populares. Os autores descrevem como ainda no século XIX, na França, a Igreja já direcionava seus esforços para a situação de moradia do proletariado. A aproximação da Igreja com os trabalhadores era um meio de evitar a propagação do comunismo. Assim como no Brasil, é possível observar um processo parecido na atuação da Igreja católica no Rio de Janeiro. A Cruzada São Sebastião pretendia urbanizar o conjunto de favelas da cidade. Segundo Slob (2002), o conjunto habitacional foi direcionado à parte dos moradores da favela da Praia do Pinto¹⁹, que passaram por um procedimento criterioso para definir as famílias que seriam aptas a comprar os apartamentos construídos pela Igreja. A Cruzada demandava pagamento de 180 prestações mensais de 8, 12 ou 15% do salário mínimo, de acordo com o tamanho do apartamento. Os critérios para seleção das famílias eram: morar na favela, a condição de pobreza, a “legalidade” da família²⁰ e a ausência de antecedentes criminais ou atitudes consideradas negativas, como consumo de álcool ou relações extraconjugais.

Ainda assim, Slob (2002) afirma que o contrato assinado pelos recém moradores do conjunto tinha uma cláusula explicando que eles só teriam a escritura definitiva dos apartamentos quando houvesse a transferência definitiva do terreno pela Prefeitura do Distrito Federal à instituição social da Igreja. E, apenas em 1983, os moradores conseguem obter os títulos de propriedade, quando o conjunto foi objeto de regularização pelo mencionado programa “Cada Família, Um lote” no governo Brizola.

¹⁹ Para Gonçalves et al. (2010), a finalidade da associação Cruzada São Sebastião era de urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro até o quarto centenário da cidade, mas não obteve êxito. Dentre as obras de urbanização realizadas pela Igreja Católica, está o conjunto habitacional construído por Dom Helder Câmara no Leblon que reaproveitou o estudo e as fichas de acompanhamento familiar realizados anteriormente pela Fundação Leão XIII para selecionar e reassentar parcialmente os moradores da antiga favela da Praia do Pinto. Segundo Brum (2013), a Praia do Pinto foi alvo de muitas tentativas de remoção, sendo o maior programa realizado entre 1968 e 1973 pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM) que removeu mais de 175 mil moradores de 62 favelas para unidades habitacionais majoritariamente localizadas nas zonas Norte e Oeste da cidade. A favela da Praia do Pinto foi extinta em um incêndio em 1969.

²⁰ Segundo Slob (2002), o sentido de “legalizar” a família era através do trabalho com carteira assinada, casamento religioso, batismo e registro de todos os membros.

Ainda segundo Slob (2002), a meta da instituição social da Igreja era além de urbanizar as favelas cariocas, também adequar os novos moradores aos padrões de “normalidade” da família burguesa, garantindo sua integração ao bairro da cidade. Para isso, o projeto da Cruzada contou com o acompanhamento do Serviço Social da Cruzada, no qual o dever das Assistentes Sociais era socioeducativo como forma de controle social.

O conjunto é um marco no debate das políticas de habitação, pois procurou respeitar os laços de sociabilidade dos moradores da favela da Praia do Pinto ao construí-lo em local próximo de sua antiga moradia. A ação de Dom Helder obteve opiniões conflitantes da população, visto que o que já se almejava um maior distanciamento da população mais pobre da Zona Sul da cidade. Os bairros próximos ao mar se desenhavam como um bairro com vocação mais nobre, atraindo forte interesse do mercado imobiliário. De acordo com Gonçalves et al. (2010), o religioso se colocava na direção contrária ao remocionismo, pois acreditava que uma das formas de “superar a luta de classes” era através da aproximação entre os ricos e os pobres.

Para Simões (2008), a construção do conjunto foi considerada uma das ações mais efetivas no que tange a “urbanização” das favelas do antigo Distrito Federal. Slob (2002), por sua vez, afirma que a construção foi algo inédito por contrariar a lógica do urbanismo tradicional na cidade, pois é uma obra moderna composta por dez prédios de sete andares e apartamentos quitinetes de um ou dois quartos, de 24 m² a 36 m² e pátios largos no térreo como áreas de uso coletivo dos moradores. O autor afirma que a planta do conjunto habitacional previa a construção de uma Igreja, creche, escola, um posto de saúde, centro social, e mercadinho para integrar os moradores ao bairro.

Segundo Silva (2013), a proximidade física e os serviços de infraestrutura do conjunto habitacional não garantiram a integração social tal como era de interesse de Dom Helder Câmara. Para Slob (2002), a Cruzada São Sebastião resistiu no bairro, apesar dos interesses antagônicos e a valorização imobiliária do local. Mas essa resistência não deixa de trazer impactos na subjetividade dos moradores do conjunto, pois são constantemente alvos de notícias estigmatizantes. Sofrem, como

veremos nos próximos capítulos, discriminação frequente por parte de sua vizinhança.

Apesar do conjunto habitacional estudado não se constituir como uma favela, ou seja, não atender a definição elaborada pelos censos ou pela legislação urbanística, a estigmatização e os estereótipos em relação a Cruzada São Sebastião permanecem no imaginário social dos dispositivos midiáticos e principalmente do restante dos moradores do Leblon. Assim, apesar de ser um conjunto habitacional, a Cruzada São Sebastião é sempre associada a ideia de ser uma favela no interior do bairro do Leblon. Ribeiro (2006, p.10) afirma que estes, mesmo quando buscam apontar os aspectos positivos dos moradores da Cruzada, demonstram um distanciamento e uma demarcação social. Em seu trabalho, Ribeiro traz algumas falas de entrevistados, que reforçam esse entendimento: “não é porque é pobre que é desonesto” ou “conheço muita gente trabalhadora e honesta na Cruzada”.

Na etnografia elaborada por Simões (2008), é possível observar a rivalidade entre os moradores do Leblon quando relatam um acontecimento numa reunião virtual do Orkut em uma comunidade sobre o bairro, onde foi criado um tópico para pessoas opinarem aquilo que mais odeiam no Leblon. Uma das respostas mais repetidas entre os membros, em tom agressivo e até mesmo ataques racistas, estava justamente a Cruzada São Sebastião. Muitos moradores do conjunto se colocam para defender seu local de moradia, apontando o teor discriminatório das mensagens.

Consideramos, assim, como Brum e Gomes (2022), que a estigmatização da Cruzada é proveniente do racismo estrutural presente na nossa sociedade. O “estigma de favela” (Brum, 2012) está atrelado a representação depreciativa da população negra, que se transfere para seu local de moradia, desde os cortiços até as favelas. No caso da Cruzada, o estigma permanece devido a história de reassentamento dos moradores da favela da Praia do Pinto e, principalmente, por ser a Cruzada um espaço majoritariamente negro remanescente na Zona Sul da cidade, ainda que a região tenha sido alvo de políticas segregacionistas ao longo da história.

Os autores supramencionados utilizam o Mapa Racial em Pontos criado pelo geógrafo Hugo Gusmão para demonstrar que, assim como as favelas da Zona Sul,

a Cruzada São Sebastião está localizada em uma região cercada por uma população embranquecida e com o poder aquisitivo elevado. De acordo com seus gráficos, 83% da composição racial da Zona Sul do Rio de Janeiro, nos bairros de Leblon, Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, Ipanema, Copacabana e Leme, são de pessoas brancas, 13% de pessoas pardas e 4% de pessoas negras.²¹ Essa realidade pode ser visualizada nas **Figuras 1 e 2**.

Figura 1 – Mapa racial de pontos: Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa



Fonte: <<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/tag/rio-de-janeiro/>>. Acesso em: maio 2023.

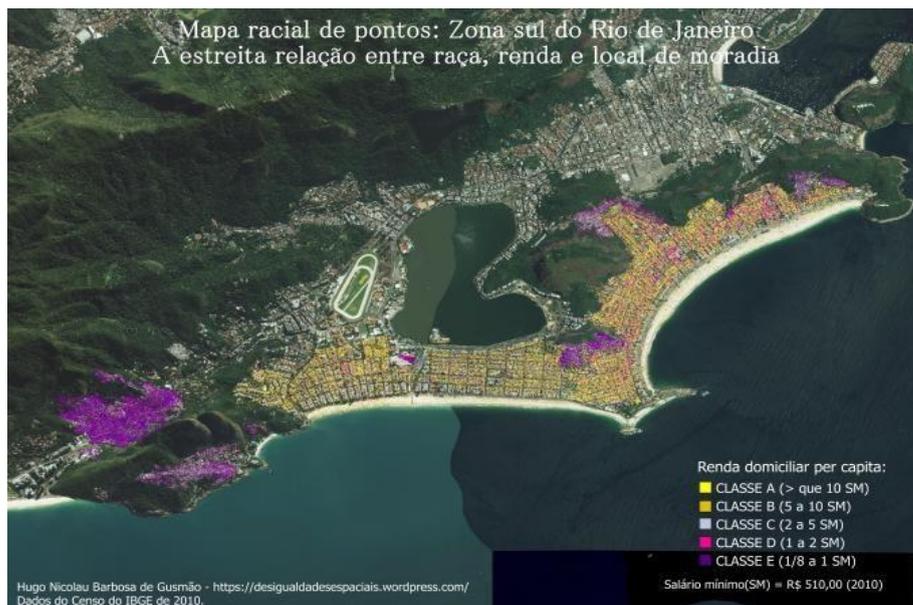
De acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), em 2022, os bairros Leblon, Ipanema e Lagoa estão entre os mais valorizados da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro bairro tem o metro quadrado anunciado, em média, a R\$ 21.618. Em segundo lugar, em Ipanema é cobrado, em média, R\$19.306 e, em terceiro, a Lagoa com R\$ 16.536.²² O Mapa de Hugo Gusmão sobre a relação econômica da Zona Sul do Rio

²¹ Postagem em blog do geógrafo Hugo Gusmão. Dados disponíveis em: <<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/10/23/um-olhar-atraves-de-mapas-na-politica-que-barra-negros-e-pobres-na-cidade-do-rio-de-janeiro-2/>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

²² Notícias da ABECIP sobre os bairros mais valorizados do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.abecip.org.br/imprensa/noticias/conheca-os-10-bairros-com-metro-quadrado-mais-carro-do-rio-valor-economico>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

de Janeiro evidencia que a população residente dos bairros citados é majoritariamente composta por renda domiciliar per capita maior que 10 salários mínimos. Já em moradias populares ou em favelas da região, a renda domiciliar per capita está em torno de 1 a 2 salários mínimos. (Em 2010, o salário mínimo era R\$510). Ver **Figura 2** abaixo.

Figura 2 – Mapa relação renda domiciliar per capita: Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Bairros de Copacabana, Leme, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Lagoa



Fonte: <<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/tag/rio-de-janeiro/>>. Acesso em: maio 2023.

Como vimos no **capítulo 1**, o racismo é um elemento estrutural e estruturante da nossa sociedade e o capitalismo utilizou o privilégio branco e a exclusão da população negra para se estabelecer, perpetuando a condição de desigualdade e exploração para garantir o êxito do modo de produção capitalista. Através da compreensão das relações sociais presentes nas cidades é possível perceber que o racismo se materializa na segregação socioespacial, que define os locais de moradia da população negra para territórios distantes, mais precários e/ou fortemente estigmatizados. A Cruzada São Sebastião não é um local distante, tampouco necessariamente precário, mas nem por isso seus moradores não sofrem forte preconceito. Para Brum e Gomes (2022), o estigma das habitações populares advém da mentalidade eugênica e eurocêntrica (racista) de que esses espaços são locais de moradia da população negra, logo considerados ambientes “perigosos” por causa da representação depreciativa desse grupo racial.

Ainda que os moradores da Cruzada não tenham sido segregados para locais mais distantes do centro da cidade, vivenciam uma espécie de “barreira urbana” (Canegal, 2010), que separa o conjunto do restante do bairro. E apesar dessa separação entre esses dois grupos sociais distintos que residem no território adquira uma roupagem pautada na diferença socioeconômica, ela tem origem na diferença de cor e no processo de hierarquização dos seres humanos e na segregação da população negra.

Consideramos o argumento de França (2010) quando afirma que a segregação racial é ampliada ao considerarmos a presença da população negra na classe média ou alta. No caso da Cruzada São Sebastião, o conjunto está localizado em uma região que tem a presença majoritária da população branca e de camadas intermediárias e superiores da estratificação social. A segregação é construída de forma simbólica, mas muito bem delimitada. Para Canegal (2010), essa barreira é caracterizada por uma “proximidade física e um distanciamento social”.

A esse respeito, Schucman (2012), em sua análise sobre a branquitude²³ na cidade de São Paulo, afirma que existem lugares demarcados espacialmente como “lugares de brancos”, muito provenientes de uma relação socialmente determinada em estruturas racistas, e quando populações não brancas circulam nesses territórios é como se não pertencessem. A posição racial hierárquica socialmente construída mantém o distanciamento entre os dois grupos sociais.

Segundo Oliveira (2017), esse distanciamento se expressa na segregação racial no espaço urbano. No Brasil, não é necessário um conjunto de regras e leis que impedem o acesso da população negra à determinados espaços, pois a segregação foi muito bem estruturada nas nossas relações e dificilmente pessoas negras e brancas ocupam, vivem e se relacionam nos mesmos lugares, mesmas funções e com posições de igualdade, excepcionalmente em condições de pobreza. Assim, no caso do Brasil, não houve leis urbanísticas raciais, mas nem por isso os espaços de nossas cidades não se moldaram sob uma profunda desigualdade racial. O autor afirma que a segregação afeta as subjetividades da população negra, pois

²³ Para Schucman (2012), a branquitude é uma construção socialmente produzida ao longo da história pautada na ideia falaciosa de uma superioridade racial branca. Em uma sociedade racista, os sujeitos sociais que ocupam o lugar da branquitude são privilegiados em aspectos simbólicos e materiais em relação aos não brancos.

implica na naturalização das formas de discriminação e de racismo que dificultam a formação de identidade das pessoas.

Como vimos, a Cruzada São Sebastião vivencia um processo diferenciado de segregação racial no espaço urbano, pois não resulta em um deslocamento de seus moradores para locais mais distantes do centro da cidade, mas existe uma separação social entre aqueles que residem no conjunto habitacional e o restante dos moradores do bairro. E acreditamos que os veículos de informação são determinantes para a manutenção de estigmas associados à Cruzada, pois reforçam as representações negativas sobre o conjunto.

Silva (2017), em sua dissertação de mestrado, considerou a hipótese de que a Cruzada estivesse vivenciando um processo de aburguesamento devido à valorização imobiliária no conjunto. A autora questionava se a mudança de perfil socioeconômico no território resultaria em novas representações em relação a Cruzada, que se desprenderiam do estigma, mas obteve a conclusão contrária. Acreditamos que a estigmatização é inerente ao racismo presente na nossa sociedade e se perpetuará enquanto não houver mudanças estruturais. No próximo capítulo, buscaremos compreender de que forma as representações sobre o conjunto são materializadas na mídia, os possíveis impactos sociais para a população negra residente no conjunto habitacional e, posteriormente, analisaremos as formas de resistência dessa população a essa realidade.

4

As formas de representação das moradias populares na mídia

4.1.

O racismo institucional e a estigmatização da população negra através da mídia

O racismo institucional é aquele propagado pelas forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e se dá de forma sutil e menos evidente, mas não deixa de trazer fortes impactos para a população negra (Almeida, 2019). Através do Estado e das instituições é possível consolidar a supremacia de um determinado grupo racial. Almeida (2019) considera que o racismo institucional é uma expressão e materialização da estrutura do modo de socialização vigente.

A mídia, composta por jornais, propagandas, novelas, é uma instituição que visa comunicar, influenciando a sociedade através da imposição de consensos. De acordo com Silva (2013), as práticas racistas na Comunicação estão na falta de representações ou opiniões que demonstram a violência física e simbólica que a população negra é alvo. A mídia normalmente formula representações, que reforçam estereótipos e mantém hierarquias sociais, baseadas em critérios raciais. Há um esforço mais recente, por exemplo, de colocar pessoas negras em posições de destaque em novelas e em telejornais, mas normalmente os enredos construídos sempre reforçavam posições subalternas aos negros, naturalizando tais realidades.

Assim como a mídia, a polícia também reproduz em sua prática profissional o racismo, apesar de muitos dos seus membros serem negros também. Assim, ao seguir um “alvo certo”, associa-se a criminalidade e marginalidade à população negra. As práticas autoritárias e violentas são determinadas por um ordenamento que classifica racialmente os sujeitos considerados um “perigo” para sociedade e aqueles a ser protegidos.

Silva (2013) evidencia que os registros a respeito da violência policial contra pessoas negras e pobres não são associadas ao racismo institucional nos meios de comunicação. O discurso assume o sentido de prática isolada e não deixa de ser

uma violência simbólica, ao evitar reconhecer ou omitir as condições socioculturais e econômicas que inserem historicamente a população negra em situação de desvantagem. E, nas palavras de Silva (2013, p.26), “a violência simbólica, que consiste basicamente na concretização da ideologia racista através de meios sutis, muitas vezes extrapola os limites institucionais e se transforma em violência física.”

Silva (2013) considera, assim, que a mídia possui um papel extremamente relevante de reprodução das relações raciais no país e tem influência nos âmbitos políticos, econômicos e sociais, sendo de fundamental importância o combate aos estereótipos e formas de discriminação por parte dos jornais e novelas para uma possível e efetiva mudança societária.

Nessa perspectiva, Ramalho e Baiense (2021) afirmam que a mídia e as temáticas por ela construídas são responsáveis por articular e movimentar nossas interpretações do mundo, ou seja, tais representações não só descrevem o mundo, mas coparticipam em sua produção. E, ao invés de utilizar mecanismos para romper com as lógicas conservadoras, como o sexismo e o racismo, muitas vezes a mídia permite de se manter e reproduzir o status de “normalidade” dessas questões presentes no nosso cotidiano. Um dos discursos jornalísticos que apresenta essa naturalização é sobre o cárcere e criminalização da população negra, demonstrando que a mídia não possui neutralidade ao comunicar a sociedade.

Um exemplo disso, segundo Araújo (2020), se expressa no papel central que a mídia teve no processo de mobilizar a população para obter consenso a respeito das instalações das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs). O autor afirma que a mídia tinha interesse em garantir a aceitação do público com a ideia de “valorização da segurança da cidade” para sediar os megaeventos, com a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Fazia parte das estratégias dos poderes públicos de controle dos territórios populares, que já não poderiam mais ser expulsos em sua totalidade das áreas centrais.

Para o mesmo autor, a presença de notícias maciças em jornais e telejornais com uma visão positiva da ação da polícia e coberturas que incentivavam a “metáfora de guerra” entre narcotraficantes e polícia garantiram uma sensação de insegurança que resultou na aceitação da opinião pública para ações mais duras do Estado em relação aos moradores de favelas. Mas, para o mesmo autor, o que estava

por detrás disso era a valorização da imagem da cidade para atrair o turismo e o estímulo imobiliário a determinadas regiões, sobretudo aquelas mais próximas das favelas “pacificadas” (Araujo, 2020).

Segundo Osório (2021), o jornalismo tem responsabilidade de fornecer informação para agregar valores de cidadania, democracia e equidade para a sociedade, mas, ao invés disso, perpetua a segregação. O autor afirma que os jornais buscam amenizar a situação de crime e utilizam vocabulários diferentes ao fazer referências aos suspeitos quando eles são de classes privilegiadas e brancos. No entanto, as reportagens não são tão sensíveis aos informes de suspeitos de diferente classe social e cor de pele.

Encontramos uma notícia do Site Uol que ilustra a perspectiva abordada. A notícia, redigida por Camilo Vannuchi no editorial de Opinião e intitulada “Uma tentou furtar R\$ 21 e a outra ‘desviou’ R\$ 1 milhão. Qual foi presa?”²⁴ na qual o colunista faz uma crítica a forma seletiva do encarceramento brasileiro e até a posição da mídia em geral que favorece uma classe e raça em detrimento da outra.

No texto redigido, Vannuchi relembra e compara o caso de Rosângela Cibele, que foi presa em flagrante pela tentativa de furtar um macarrão instantâneo, um saquinho de refresco em pó e um refrigerante em um mercado de São Paulo, com um mais recente envolvendo Alicia Veiga, estudante de medicina da USP, que “desviou” R\$ 937 mil do fundo destinado a pagar a formatura de sua turma e assumiu que grande parte do dinheiro foi utilizado para pagar o aluguel do seu apartamento e de um carro, mas não foi presa. O colunista chama a atenção dos leitores para um fato importante: a diferença entre a cor e classe social das duas mulheres em questão.

Mas, no final da crítica do colunista, é escrito a seguinte frase em negrito: **“Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL”** e nos demonstra a necessidade que a mídia tem em escolher o lado privilegiado, se escondendo por detrás da falácia da neutralidade. A frase é sutilmente formulada para gerar o entendimento de que o jornal até pode dar liberdade criativa para seus colunistas,

²⁴²⁴ Reportagem “Uma tentou furtar R\$ 21 e a outra ‘desviou’ R\$ 1 milhão. Qual foi presa?” Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/camilo-vannuchi/2023/02/09/uma-tentou-furtar-r-21-e-a-outra-desviou-r-1-milhao-qual-foi-presa.htm>>. Acesso em: 10 maio 2023.

mas não compactua necessariamente com suas opiniões. E, assim, buscam atender à dois polos de leitores, aqueles que buscam ideias progressistas e também os dominantes, que querem conservar os valores tradicionais.

Esse fato é apontado por Lima (1996-97, p. 60) ao afirmar que:

Mais uma vez nos deparamos com a ambiguidade. A mídia também é sensível às mudanças da sociedade e, embora a reboque delas, está sempre procurando se atualizar e incorporar, de modo domesticado, é claro, anseios de parcelas da sociedade que lutam pelos seus direitos e por mudanças. (Lima, 1996-97, p. 60).

Ainda assim, Silva (2008) afirma que pessoas negras e moradoras de favelas aparecem de forma mais frequente nos informes policiais e quando aparecem em manchetes sobre a criação de projetos sociais, muitas vezes as notícias colocam a necessidade dos jovens negros se manterem ocupados para evitar o caminho da criminalidade. É possível perceber um discurso midiático frequentemente participante na estigmatização da população negra, especialmente em relação aos jovens, pobres e moradores de favelas e periferias. Para a autora acima (Silva, 2008, p. 9) “a mídia é, em grande parte, responsável pelo estereótipo do jovem pobre, negro e conseqüentemente, criminoso. É como se a esse jovem fosse vetado o direito de produzir outra coisa que não violência.”

Resolvemos, nesse trabalho, analisar as cartas de leitores do Jornal O Globo sobre a Cruzada São Sebastião; Ora, segundo Guaraldo (2020), as cartas dos leitores são textos publicados nos meios de informação em espaço destinado à publicação de correspondência do leitor. Essas cartas podem fazer referência as notícias, fatos do cotidiano, opinião dos leitores sobre algum tema específico, críticas e cobrança de providencias. As cartas tem caráter público e mediador, porque apesar de serem publicadas em espaço institucional com determinadas regras, são feitas por leitores para a divulgação, mas carregam tanto as marcas de quem escreve quanto as do jornal que as seleciona e publica.

Para a autora acima, a perspectiva crítica e materialista considera que a sociedade está sujeita à dominação de classe e os meios de informação estão sobre domínio das classes detentoras de poder, portanto não há neutralidade na divulgação de informações. Os jornais possuem um controle da seção de cartas,

sendo assim elas passam por alterações na sua forma e conteúdo para assuntos valorizados pelo editor.

Segundo Rocha (2011), o discurso midiático tem relação com a formação de consensos e criação de identidades, sendo as representações e os discursos presentes na mídia instrumentos que influenciam e organizam a vida social. Para o autor, os meios de comunicação são fundamentais para reprodução ideológica vinculada à estrutura social, buscando garantir o consenso de assuntos referentes a instituições dominantes. Ao trazer assuntos sobre minorias étnicas ou da população mais pobre, buscam publicar normalmente aspectos negativos, como a respeito de crimes, violências, ilegalidade, problemas, conflitos, reforçando estereótipos construídos sobre esses grupos.

Segundo Rocha (2017), os estigmas e estereótipos criados a respeito de territórios populares e seus moradores são determinantes para a sua criação de subjetividades. Os estigmas muitas vezes são absorvidos pelos seus habitantes e impactam diretamente nas suas vidas e relações sociais. Além disso, a construção de representações negativas desses espaços através da grande mídia, teima na ideia como se fossem apenas locais de violência e criminalidade, naturalizando práticas repressivas do Estado.

Dessa forma, corroboramos com os autores acima ao afirmar que a mídia brasileira é um dos principais veículos que proporciona a normalização da violência, reforçam e perpetuam o racismo, através da criação de estereótipos e da estigmatização de sujeitos historicamente desprivilegiados. Nesse sentido, vamos abordar quais os enfoques que os jornais se debruçam quando mencionam o conjunto habitacional Cruzada São Sebastião para assim buscar entender de que forma se dão as representações coletivas sobre o território.

4.2.

As representações coletivas sobre a Cruzada São Sebastião nos jornais

Voltamos um pouco no tempo e, já no mês de junho de 1995, podemos perceber a questão da estigmatização em uma reportagem intitulada “Quando o

preconceito mora ao lado”²⁵ no Acervo do jornal O Globo. A notícia nos chama a atenção ao relatar sobre aquilo que acreditam ser a origem do preconceito da classe média em relação à Cruzada São Sebastião.

A notícia busca afirmar que os estereótipos construídos a respeito do conjunto tenham um responsável em específico, chamado Néelson Duarte, então policial da Delegacia de Vigilância Sul, pois o mesmo invadia apartamentos da Cruzada com frequência e levava muitos moradores presos. A nossa hipótese da pesquisa, indo na direção contrária de culpabilizar um único indivíduo, se expressa na ideia que a estigmatização da Cruzada São Sebastião tenha relação com o racismo presente na nossa sociedade, pois, como vimos no **Capítulo 2**, o conjunto habitacional é composto majoritariamente pela população negra em meio a uma Zona Sul embranquecida.

Em vista de obter dados sobre a forma que a Cruzada São Sebastião e seus moradores aparecem nos jornais e as possíveis representações coletivas acerca dos mesmos, buscamos utilizar a palavra-chave “Cruzada São Sebastião” nos acervos online dos jornais Extra e O Globo dentre os anos de 2000 a 2020. As últimas duas décadas tiveram períodos e acontecimentos determinantes para as representações coletivas sobre o conjunto habitacional.

Para melhor recorte, buscamos nos ater as matérias digitalizadas encontradas nos Editoriais de Serviço, Esportes, Retratos da Vida, Primeira Página, Geral e Economia no Jornal Extra, totalizando 81 matérias. E nas páginas digitalizadas dos Editoriais de Opinião, Primeira Página e Segunda Página do Jornal O Globo, totalizando 32 páginas.

Através da análise do conteúdo das matérias e páginas digitalizadas, foi possível classifica-los em assuntos determinados pela leitura prévia dos dados. No Jornal Extra, os assuntos das matérias encontradas foram, conforme maior recorrência, a) Crime, pobreza e discriminação, b) Projetos sociais e Esporte, c) Projetos Profissionalizantes, d) Serviços Públicos, e) Entretenimento e f) Valorização de Imóveis (Ver **Tabela 3**).

²⁵ Reportagem digitalizada do jornal O Globo intitulada “Quando o preconceito mora ao lado”, datada em 15 de junho de 1995, Matutina, Jornais de Bairro, página 23.

Já no Jornal O Globo, dividimos os assuntos das páginas, conforme maior incidência: a2) Crime, pobreza e discriminação, b2) História Igreja Católica e Cruzada, c2) Pesquisas e Estudos, d2) Plano de Revitalização, e2) Projetos Sociais e Esporte e f2) Valorização dos imóveis (Ver **Tabela 3**).

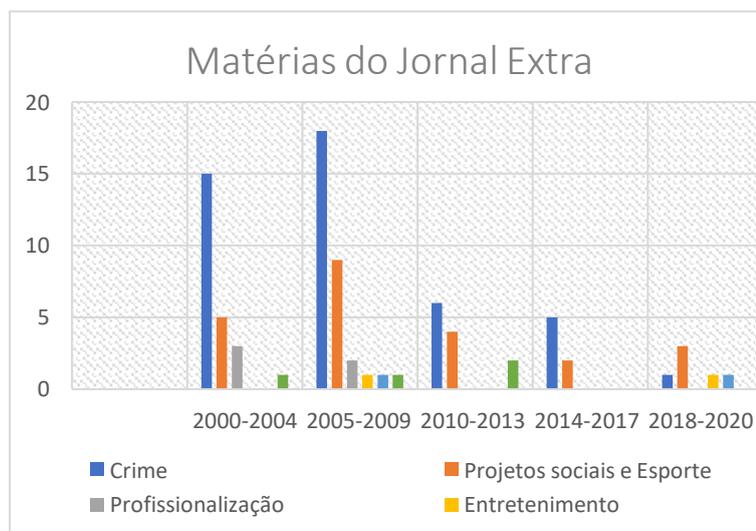
Tabela 3 – Classificação dos dados obtidos nos acervos O Extra e O Globo

Acervo Extra					
Matérias digitalizadas					
Editoriais: Serviço, Esportes, Retratos da Vida, Primeira Página, Geral e Economia					
Períodos	2000	2005	2010	2014	2018
	-	-	-	-	-
	2004	2009	2013	2017	2020
<i>Classificação por assuntos:</i>					
Crime	15	18	6	5	1
Projetos sociais e Esporte	5	9	4	2	3
Profissionalização	3	2	0	0	0
Entretenimento	0	1	0	0	1
Valorização imóveis	0	1	0	0	1
Serviços públicos	1	1	2	0	0
Total:	81				
Acervo O Globo					
Páginas Digitalizadas					
Editoriais: Opinião, Primeira Página e Segunda Página					
Períodos	2000	2005	2010	2014	2018
	-2004	-	-	-	-
		2009	2013	2017	2020
<i>Classificação por assuntos:</i>					
Crime, pobreza e discriminação	3	12	2	1	0
Projetos sociais e Esporte	1	0	0	0	0
Pesquisa e estudos	0	1	2	0	0
Plano revitalização	0	1	0	2	0
História da Igreja e Cruzada	1	0	0	5	0
Característica positiva	1	0	0	0	0
Total:	32				

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao analisar ambos jornais, é possível perceber a semelhança na maior incidência de assuntos encontrados referentes a associação discriminatória do conjunto habitacional à ilegalidade, criminalidade e pobreza. Em segundo lugar, assuntos sobre Projetos sociais e Esporte e em terceiro a História da Igreja Católica e da Cruzada, entre outros assuntos que serão ilustrados nos Gráficos 1 e 2 abaixo.

Gráfico 1 – Classificação matérias do Acervo do Jornal Extra por assunto



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Como podemos observar, existem mais matérias sobre criminalidade, 15 notícias entre 2000-2004, 18 entre 2005-2009, 6 entre 2010-2013, 5 entre 2014-2017 e apenas 1 entre 2018-2020. De acordo com os dados, é possível afirmar que até 2009 havia um grande interesse por parte da mídia em abordar a Cruzada como espaço “dominado pelo narcotráfico”, relatar sobre operações policiais e prisões no conjunto. Contudo, esse número vai diminuindo ao passar dos anos, o que nos traz a impressão de que há uma mudança na intenção do jornal quanto à Cruzada.

É possível perceber a presença de matérias sobre a presença de projetos sociais e esportes no conjunto habitacional. Muitas vezes os projetos são relacionados com a promoção de esportes para incentivar a participação da juventude, tal como Jiu-jitsu, futebol e basquete. Entre 2005-2009, foi o período de maior incidência de projetos sociais relacionados a atividades de música, artes, futebol, tênis, basquete. Além da disponibilização de aulas sobre acesso à internet, livros e alimentos.

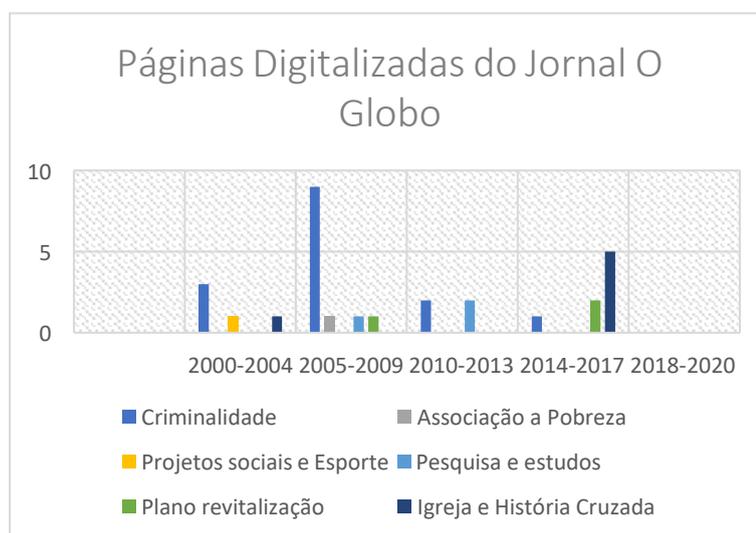
Os assuntos relacionados à projetos de profissionalização, serviços públicos, entretenimento e valorização de imóveis aparecem com menos frequência. Dentre um dos atores que a mídia informa auxiliar com a criação de projetos profissionalizantes está o Shopping Leblon, que se compromete com o conjunto desde o período de construção do estabelecimento através de cursos para formação

de pedreiros, trabalhadores de construção civil e na qualificação de jovens para o comércio.

Dentre as matérias sobre serviços públicos, estão informes de locais de vacinação dos pets de forma gratuita, a respeito do Sacolão Volante²⁶ e palestras sobre saúde e educação pelo quartel no conjunto. Em relação à Entretenimento, há matérias sobre festividades e entrevistas com figuras públicas (atrizes, atores, cantores) nascidos e criados na Cruzada. E também aparecem matérias sobre a valorização imobiliária dos apartamentos.

Já em relação aos Editoriais de Opinião, Primeira Página e Segunda Página do Jornal O Globo, podemos observar no **Gráfico 2** (abaixo) que a mídia tem maior enfoque em assuntos que associam a Cruzada à criminalidade e violência. Principalmente entre o período de 2005-2009 e acreditamos ser devido à intenção do Jornal O Globo em promover um consenso público a respeito das Unidades de Polícia Pacificadora a partir de 2009, o que resulta na criação de um posto de policiamento comunitário 24h dentro do conjunto em 2011, como se fosse uma “Pequena UPP”.²⁷

Gráfico 2 – Classificação páginas do Acervo do Jornal O Globo por assunto



Fonte: Elaboração própria, 2023.

²⁶ Projeto de Lei Municipal do Rio de Janeiro N° 1308/2019, a respeito da criação de um sistema de coleta, reaproveitamento e venda de produtos hortifrutigranjeiros manipulados em supermercados, quitandas e feiras em unidades móveis, denominadas de sacolão volante.

²⁷ Notícia 21/07/2011. Cruzada São Sebastião ganha uma pequena UPP. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/cruzada-sao-sebastiao-ganha-uma-pequena-upp-2713065>>.

Podemos notar no Editorial de Opinião, a discriminação que os moradores sofrem e os insultos direcionados à Cruzada. Uma carta no mês de janeiro de 2000, com o nome “No lugar errado”, também traz o assunto de um assalto, mas essa traz com ela insultos explícitos para além da discriminação direcionada a Cruzada quando afirma com convicção que o assalto tenha sido realizado por moradores do conjunto habitacional:

Nós moradores do Posto 10 (Jardim de Alah), em Ipanema, sabemos que alguns moradores da Cruzada São Sebastião têm ideias muito nítidas acerca da imperfeita distribuição de renda no país e põem em prática, por conta própria, medidas de correção dessa anomalia. No domingo, dia 9, às 17h30, com sol alto, um bando folgazão resolveu assaltar um motorista, acuado dentro de seu carro à espera de que se abrisse o sinal na Epiácio Pessoa com Visconde de Pirajá, apontando-lhe um revólver. O motorista, desvencilhando-se milagrosamente, viu-se adiante, retido na “blitz” de surpresa, que a PM realiza todos os domingos, à tarde, sempre no mesmo local, isto é, pouco antes do Parque da Catacumba. A polícia que aqui inutilmente congestionava o trânsito, bem que poderia estar do lado de lá, onde sabidamente *prolifera os malfetores agressivos* (grifos nossos). Fica a sugestão (“No lugar errado”, 15 de Janeiro de 2000, Matutina, Opinião, p. 6).

Outra carta, de setembro de 2005, intitulada “Rio Violento” aborda um arrastão que ocorreu na praia de Ipanema e é como um lamento do tal “cidadão-contribuinte-eleitor” por não conseguir aproveitar seu dia de domingo, mas não deixa de trazer mais elementos para o debate quando relata saber o local de moradia dos responsáveis pelo acontecimento:

É inadmissível que meu direito de ir e vir em plena caminhada de um domingo ensolarado na Praia de Ipanema seja interrompido porque duas facções rivais de pessoas que vivem à margem da sociedade decidiram enfrentar-se, ou seja, a turma do Jacaré resolveu tirar onda com a galera da Cruzada São Sebastião, residentes da área, culminando em arrastão e agressão. O ponto crucial do tumulto foi em frente ao Jardim de Alah, onde geralmente fica baseada uma viatura do 23º Batalhão da PM. Impressionante como a ação dos marginais, a maioria menores, foi mais rápida que a reação dos policiais. Enquanto *cidadão-contribuinte-eleitor* (grifos nossos), analiso como sendo rotina normal ter reforço no policiamento na orla durante os fins de semana e não depois do constrangimento ser evidente. (“Rio Violento”, 13 de setembro de 2005, Matutina, Opinião, p. 6)

Para além da questão da discriminação e estigma negativo atrelado as habitações populares, a próxima carta, de novembro de 2006, também evidencia seu anseio as práticas remocionistas em relação as favelas e ao conjunto habitacional:

O governador eleito, em vez de falar em “aumento de policiamento” que sabemos nada vai resolver, deveria estar pensando em como remover as favelas da Zona Sul, inclusive a **famigerada** Cruzada São Sebastião. (grifos nossos). Nem todo favelado é bandido, mas **quase todos os bandidos estão nas favelas**, ou para lá correm depois dos crimes. É mais do que hora de se pensar com coragem e determinação. Remover as favelas, começando pela Zona Sul, ajudaria, inclusive, a preservar o meio ambiente, já que as favelas estão desmatando as encostas. (“Rio Violento”, 24 de novembro de 2006, Matutina, Opinião, p. 6).

Nessa perspectiva, corroboramos com a questão levantada por Almeida (2019), quando afirma que as instituições são comandadas por determinado grupo racial hegemônico, que moldam e orientam a vida social para impor seus interesses políticos e econômicos através da imposição da violência ou pela produção de consensos para a manutenção da ordem social. O autor ainda considera que as instituições são um reflexo da estrutura social e reproduzem o racismo inerente a ela, em suas palavras:

[...] se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes -, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos (Almeida, 2019, p. 47).

No que tange as habitações populares, os meios de comunicação reforçavam estigmas sobre as moradias precárias e aos seus moradores. As representações estereotipadas sobre as formas de moradia eram determinantes para a elaboração de políticas públicas com ideais remocionistas. Através da carta dos leitores intitulada “Rio violento” de novembro de 2006 podemos perceber a permanência de ideais conservadores e discriminatórios. Para Fernandes (2007, p. 62), essa discriminação é fruto da “persistência do passado” a respeito das relações raciais.

A mesma autora afirma que o termo marginalidade foi utilizado ao longo da história para denominar grupos sociais, tais como minorias étnicas, devido a construção social de hierarquias raciais. Para a autora, as formas de moradia da população mais pobre levaram consigo o estereótipo de marginalidade. As favelas cariocas são uma expressão do déficit habitacional e da desigualdade social do Rio de Janeiro, mas são vistas pelo poder público como “moradias ilegais” por não se

adequarem aos padrões estipulados de legalidade e por causa do imaginário social racista atrelado aos seus moradores.

Como vimos anteriormente, na história das políticas habitacionais pouco foi realizado para a população que foi abandonada a própria sorte, os governantes buscaram “soluções” na erradicação das moradias precárias e autoconstruídas, além de estigmatizar seus moradores como “elementos marginais” como se fossem responsáveis pela situação de pobreza em que se encontram e culpabilizados por todos os tipos de mazelas sociais.

Podemos perceber nas cartas dos leitores uma manutenção do imaginário social construído a respeito das moradias populares e de seus moradores. As pessoas que escrevem as cartas parecem ocupar determinado lugar confortável de privilégio na sociedade e se enxergam em uma posição hierárquica elevada por se adequarem ao padrão de “cidadão de bem” estabelecido pela sociedade. Quando o leitor se coloca como um “cidadão-contribuinte-eleitor”, na carta de setembro de 2005, fica evidente que a cidadania e a igualdade de oportunidades não é para todos, ou seja, existe um tipo privilegiado de cidadão que “contribui”, não só economicamente para o Estado, mas para a manutenção do status quo.

No dia 17 Dezembro de 2009, no Editorial de Opinião já havia uma carta de um leitor na qual tinha a sugestão para o governador instalar uma UPP na Cruzada São Sebastião, pois, nas palavras do mesmo: “haveria uma dramática redução nos assaltos circunvizinhos àquela feliz e pacata comunidade”. Já na edição do Jornal O Globo, no dia 01 de setembro de 2010,, outro leitor também reforça a sugestão, mas acredita que a violência na região não é tanta, mas serviria para diminuir a compra e venda de drogas em um bairro que, segundo ele, tem um “elevadíssimo consumo de entorpecentes”.

Nesse sentido, podemos perceber a perspectiva da carta dos leitores defendido por Guaraldo (2020), quando afirma que é um espaço que reproduz ou conversa com as situações do cotidiano informadas pelo jornal. Para a carta ocupar determinado espaço no jornal deve antes passar por uma seleção prévia, é um espaço mediado pelo editor. Podemos perceber a intenção do jornal que a mensagem seja disseminada para a sociedade em um período que, de acordo com Araújo (2020), foi marcado pela intensificação do enfoque de assuntos que

possibilitariam a implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras como um consenso público.

Para o autor, muitas vezes a grande mídia traz informações do cotidiano privilegiando determinadas perspectivas. A “pacificação” dos territórios populares se deu através da noção imposta de “guerra ao tráfico”, implicando na necessidade de uma gestão de controle policial do dia-a-dia da população que ali residiam. Os homicídios decorrentes das formas de ocupação da polícia nas favelas foram naturalizados como se fossem a única possibilidade para garantir a segurança da cidade. As mortes de moradores de favelas eram consideradas perdas colaterais de uma guerra necessária. Como podemos perceber, a estratégia de garantir o consenso foi muito bem aceita pela opinião pública, pois reivindicavam uma ação enérgica por parte da polícia e naturalizavam as mortes que ocorriam nos territórios populares como se fosse algo necessário para o “bem maior”.

No caso da Cruzada São Sebastião, não foi implementada uma Unidade de Polícia Pacificadora no conjunto, mas vemos a presença de “sugestões” para essa ocupação nas cartas dos leitores que resultaram em uma presença mais frequente dos agentes do Estado no território. Não é possível afirmar que houve um aumento das práticas de violência e discriminação no conjunto, mas podemos ver de que forma o poder público enxerga a Cruzada: como um território de violência que deve ser controlado e essa visão é também proveniente da estigmatização e dos estereótipos construídos a respeito dos moradores.

Os anos que se seguem mostram uma mudança da cobertura dos jornais a respeito do conjunto habitacional. É evidente que há a presença de uma nova aposta midiática de valorização dos imóveis e, para lograr com essa realidade, é necessário investir no rompimento de reportagens sobre a chamada “guerra ao tráfico” e na diminuição de cartas dos leitores com aspectos discriminatórios. Podemos ver a forma que a mídia busca “ressignificar” o estigma e estereótipos relacionados à Cruzada através de reportagens informando a valorização dos imóveis. Ver **Figura 3**.

Figura 4 – Recorte matéria do Jornal Extra

ENDEREÇO COBIÇADO

Todos na luta por um apartamento

Imóveis na Cruzada São Sebastião são disputados

LEÍTICA VIEIRA
leitica.vieira@extra.inf.br

Os moradores da Favela Praia do Pinto não são mais os únicos proprietários dos imóveis da Cruzada São Sebastião. Localizado entre os bairros do Leblon, Ipanema e Lagoa, o condomínio, agora vizinho do Shopping Leblon, tem sido procurado por moradores de outras partes da cidade, que trabalham na região. Resultado: faltam apartamentos para alugar.

Os preços são um cartão de visitas para quem quer morar no conjunto de dez blocos. Os aluguéis variam entre R\$ 300 e R\$ 600, enquanto em prédios vizinhos o valor chega a R\$ 2 mil.

O auxiliar de serviços gerais Agostin Pereira trabalha na Portaria dos Santos, Angos, na Av. Afrânio de Melo Franco, uma das avenidas da Cruzada São Sebastião. Morador de Duque de Caxias, ele tenta alugar um imóvel no condomínio desde o fim do ano.

Levo duas horas para chegar ao trabalho. Quero alugar um apartamento, mas não tem nenhum disponível. Agora, com o shopping, tem muita gente procurando... lamenta.

Segundo a síndica do bloco 01, Eliana Leuzinger, mesmo sem o auxílio de imobiliárias, ocorrem muitas mudanças.

Os proprietários colocam cartazes com o próprio telefone, mas eles são retirados rapidamente — diz.



MARLENE, da Rua João Lira para a Cruzada São Sebastião

Só não tem elevador

O conjunto de prédios, planejado há 51 anos pelo bispo Dom Hélder Câmara para receber os moradores das favelas do Rio, ganhou novo perfil de habitantes. Nordestinos vindos de Rio das Pedras, Rocinha ou até mesmo de outras ruas do Leblon estão entre os que mais alugam apartamentos na Cruzada São Sebastião.

A paribana Marlene Ribeiro, de 38 anos, mora na R. João Lira, no Leblon. Há cinco anos foi morar com a família num apartamento na Cruzada. E não pensa em se mudar.

— Achei bom morar aqui. É mais perto do mercado e da escola das crianças. Só não gosto da falta de elevador — reclama a moradora.

Quase cinco mil pessoas moram hoje nos 910 apartamentos do conjunto de dez prédios, localizados em pelo menos três endereços, no coração do Leblon: Avenida Borges de Medeiros 699, Rua Humberto de Campos 95 e Rua Padre Bruno Tombetta 99. A maioria chegou em 29 outubro de 1955, quando recebeu as chaves do presidente da República, Café Filho, e Dom Hélder Câmara, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Fonte: Jornal Extra, Matéria datada de 04/02/2017, Geral, p. 5.

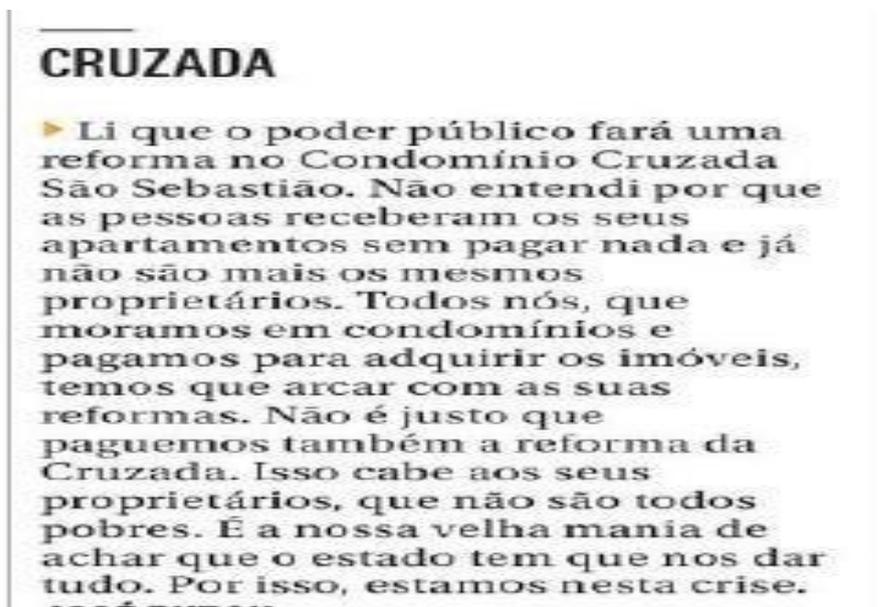
Como vimos, Silva (2017) também percebe um declínio da presença de assuntos relacionados à violência na mídia e uma intenção de retratar o conjunto como um “condomínio”, apesar de também concordar que as representações antigas permanecem no imaginário dos moradores do Leblon e adjacências. Os jornais mostram uma intenção de garantir que o processo de “aburguesamento” do conjunto habitacional seja uma realidade, assim expulsando os antigos moradores para locais mais distantes das regiões valorizadas. Mas a autora acredita que esse processo ainda está em sua fase inicial.

Ainda que os jornais tenham o objetivo de mudar as formas de representação sobre a Cruzada, é possível identificar como ainda consideram o território como local “apartado” do restante do bairro. Em setembro de 2015, reportagem do jornal O Globo, coloca que o conjunto “busca sua redenção” como se fosse um espaço a ser “resgatado”. A notícia também afirma a presença de novos moradores de poder aquisitivo mais elevado na Cruzada e a importância que muitos moradores tem de acabar com o “estigma de favela” direcionado ao território.

Assim como Silva (2017), podemos observar que o jornal aposta em uma “nova onda de gentrificação” que possibilitaria a mudança total no território e de seus moradores. Ainda que não seja parte do objeto do trabalho, para a autora, a valorização imobiliária surge como uma ameaça à uma característica principal da

Cruzada, muito idealizada por Dom Helder Câmara, a sua função de habitação social. E podemos perceber em uma outra carta do leitor, datada em outubro de 2015, quais foram as interpretações após a presença das reportagens que exaltavam as mudanças nas relações sociais da Cruzada. Ver **Figura 5**.

Figura 5 – Recorte Carta dos Leitores no Editorial de Opinião



Fonte: Jornal O Globo, 02/10/2015, Opinião, p. 15.

Interpretamos a carta do leitor acima como uma resposta a nova onda de “ressignificação” da representação acerca do conjunto habitacional. Como podemos observar, ainda é muito presente a ideia de que os moradores da Cruzada tenham obtido os apartamentos como se fosse uma espécie de “favor”, mas como vimos no capítulo 2, os apartamentos foram pagos e a maioria dos moradores pode adquirir o título de propriedade dos seus imóveis, ainda assim sofrem com o resultado da falta de informação a respeito da sua história.

Além disso, podemos notar a presença do argumento liberal do leitor que desconsidera o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 sobre a função do Estado em garantir os direitos sociais (à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, moradia e outros) e de prover melhores condições de vida para a sociedade. É evidente que as mudanças no modo de socialização capitalista implicaram em ideais neoliberais, responsáveis pela diminuição da ação do Estado no que tange aos direitos da sociedade.

Sendo assim, a maioria da população brasileira vivencia os efeitos dessa desresponsabilização estatal e sofre as consequências das alterações no mercado de trabalho, da mercantilização da cidade e da dificuldade em ter seus direitos sociais respeitados, sendo obrigados a buscar estratégias para sua sobrevivência e para manter aquilo que foi duramente conquistado ao longo de suas vidas. No próximo capítulo vamos trazer as dificuldades enfrentadas pelos moradores negros da Cruzada e suas formas de resistências cotidianas frente ao racismo vivenciado.

5

As formas de resistências da população negra na cidade

Como pôde ser observado nos capítulos anteriores, o racismo se apresenta como parte estrutural e estruturante das nossas relações sociais. O processo de racialização dos seres humanos reforçou as diversas formas de desigualdades, que apresentam também diversos vários aspectos e condições, como os elementos de classe, gênero e território, demonstrando o desequilíbrio entre os grupos raciais ao obter privilégios e acessar oportunidades.

Segundo Almeida (2019), o racismo é uma tecnologia de controle social, porque “naturaliza” as condições de desigualdade através, por exemplo, da justificativa errônea da meritocracia e mesmo da criação de representações de subalternidade e periculosidade da população negra. O autor compreende que “o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (Almeida, 2019, p. 31).

A esse respeito que Grada Kilomba (2019) afirma que tal como a população negra é representada com associação ao perigo e a violência, a branquitude se coloca como um parâmetro ideal de moralidade, civilidade, decência e o modelo a ser seguido. Ou seja, a autora considera que as representações pré-estabelecidas estigmatizantes sobre as pessoas negras são fantasias presentes no imaginário da branquitude hegemônica, que dificultam a autorrepresentação e formação de identidade da população não-branca.

Nesse sentido, podemos compreender quando Franz Fanon (2008) afirma que estar em uma sociedade na qual foi criada uma hierarquia entre raças com a ilusão de que ser branco é ser superior, é compreensível o desejo de querer ser branco. As estruturas da nossa sociedade dificultam a formação de identidades não-brancas e atribuem estereótipos à população negra que privam uma efetiva forma de sociabilidade.

Para Da Costa (2021), em uma sociedade estruturalmente racista, a cor da pele se torna um elemento fundamental para definir modos de vida, implicando nas

ações, na precarização e nas formas de violência originalizadas pela categorização hierárquica de pessoas. E o território é um espaço onde os marcadores de desigualdade se materializam, sejam eles de gênero, classe e obviamente raça. O autor afirma que é no território, que podemos compreender a segregação e a opressão com suas formas punitivas conforme seu lugar no espaço e na divisão racial.

As contradições presentes no sistema capitalista, para Marcusso (2021), são responsáveis pela estigmatização de lugares e pessoas, interferindo diretamente nas formas de vida e sociabilidade das camadas mais pobres. Para Brum e Gomes (2022), os territórios populares e as favelas adquirem a representação social de moradia da população negra, o que antes fora atrelada aos cortiços. Como vimos no capítulo 1, a sociedade brasileira estruturalmente racista define como “natural” os estereótipos de subalternidade e/ou perigo as pessoas negras. Tais estereótipos marcam os espaços onde vivem grande parte da população negra da cidade, ou seja, os estereótipos espaciais se entrelaçam com os raciais.

Nesse sentido, podemos compreender as formas de resistências da população negra na cidade desenhada para segregar determinados sujeitos sociais. Para Chauí (1986, p. 178), as formas de resistências populares são “práticas que desordenam a ordem” e recusam a ideia de história única elaborada pelo grupo dominante. Ferreira, Reis & França (2015) compactuam com essa perspectiva ao afirmar que a resistência é um movimento de ruptura com a intenção de construir novos sentidos e significados para uma realidade posta.

Segundo Montañó e Durighetto (2011), o Movimento Negro brasileiro se expressa em uma dessas formas de resistência às condições de dominação e exploração. O coletivo de lutas e organizações em favor ao combate à discriminação racial tem expressões identificadas desde o final do século XIX e também foi um ator social de grande relevância para o processo de redemocratização do país após o fim da ditadura civil-militar de 1964.

Em 20 de Novembro de 1983 o Movimento Negro realizou a Marcha Zumbi Está Vivo nas ruas do centro do Rio de Janeiro em prol do combate ao racismo e as desigualdades raciais, com a participação de políticos e ativistas como a vereadora Benedita da Silva, o então Deputado Federal Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez e

muitos outros.²⁸ Através de suas reivindicações, foi estabelecida a criminalização do racismo, conforme estipula o art. 5º da Constituição Federal de 1988, assim como o reconhecimento da titulação de terras quilombolas (art. 68).

Ativistas políticos, organizações e personalidades se reuniram em atos, marchas e eventos travando uma luta contra a ditadura e o racismo. Em 1988 foram realizadas muitas comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura pelo Movimento Negro e entre elas está o “Grito de Liberdade da Cruzada São Sebastião”.²⁹

De acordo com a CULTNE, o evento foi realizado pela equipe de Filó Filho, Osmar Max, Reinaldo Mesquita, Raimundo Santa Rosa e Adilson Gato para conceber a memória a Zumbi dos Palmares e se deu na Cruzada São Sebastião por ser considerada um quilombo em meio a zona sul da cidade.

O sistema de opressão necessariamente conta com formas de resistência dos grupos subalternos. Para Da Costa (2021), tais resistências são múltiplas, dotadas de criatividade e potencialidade, podendo ser compreendidas nas ações coletivas ou individuais.

Com base na perspectiva de Madeira & Gomes (2018), as formas de resistência estão nos movimentos sociais, nas articulações populares, ocupações e defesas de suas moradias. Elas se apresentam de diferentes formas e podem ser identificadas através da arte, música, na capoeira, nas religiões de matriz africana

²⁸ Vídeo da Marcha Zumbi Está Vivo realizada pelo Movimento Negro no ano de 1983 disponibilizado pela CULTNE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P3DG479n-oU>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

²⁹ Vídeo do “Grito de Liberdade da Cruzada São Sebastião” em 1988 disponibilizado pela CULTNE. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=9L_NQXvDEuk> Acesso em: 14 jun. 2023.

e, de certa forma, até mesmo através da própria existência/sobrevivência daqueles cotidianamente discriminados e oprimidos pelo sistema capitalista.

Nas palavras de Madeira & Gomes (2018):

Na atual conjuntura, permeada por fortes ofensivas fundamentalistas e conservadoras que naturalizam violências, perpetuam desigualdades e ameaçam direitos conquistados, algumas estratégias e ações de negros e negras se destacam no fortalecimento do campo democrático. A juventude negra das periferias tem protagonizado, graças ao hip-hop e/ou movimentos ligados à arte urbana e estética, ações de enfrentamento aos padrões opressores do corpo, cabelo, comportamento em busca de uma identidade negra fortalecida. Essa estratégia tem contribuído não só para o fortalecimento identitário, mas também para a constante denúncia e o combate ao extermínio da juventude negra (Madeira & Gomes, 2018, p. 474).

Dentre as estratégias de resistência da população negra em habitações populares e favelas está a prática e promoção do esporte e projetos sociais pensados para e pelos próprios moradores dos territórios. Segundo Fernandes, Silva & Barbosa (2018), é preciso reconhecer o poder inventivo e a capacidade de produzir respostas práticas e legítimas para o enfrentamento da desigualdade social, ao invés de permanecer fortalecendo a ideia que os locais de moradias populares são necessariamente associados à ausência dos atributos próprios da cidade.

Os autores supracitados afirmam que considerar apenas as ausências dos territórios é uma forma de contribuir para a conformação das representações sociais depreciativas associadas as formas de moradia e ignorar a potência inventiva dos moradores. Assim, os rótulos estigmatizantes passam a ser responsáveis pela aversão e o distanciamento social, reforçando as hierarquias pré-estabelecidas do sistema de opressão.

Os territórios populares tem muitas estratégias de resistência frente as desigualdades socio-raciais e a lógica neoliberal e mercadológica da cidade. Nesse sentido, no subcapítulo seguinte, vamos abordar as formas de resistência dos moradores negros do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião.

5.1.

A discriminação e as diversas formas de resistência da Cruzada

Esta pesquisa foi realizada no conjunto habitacional Cruzada São Sebastião com o objetivo de compreender os rebatimentos das práticas de discriminação e o estigma do lugar para a vida dos moradores negros desse local.

Tendo em vista esse objetivo, foram elaborados 3 questionários com perguntas com eixos temáticos sobre as formas de discriminação e práticas de resistências dos moradores. O primeiro questionário foi realizado com 5 moradores (3 mulheres e 2 homens), o segundo com a presidente da Associação de Moradores da Cruzada (AMORABASE) e o terceiro com o professor do projeto social Basquete Cruzada.

A hipótese inicial se expressa na ideia de que existe uma barreira simbólica entre Cruzada São Sebastião e o restante do bairro do Leblon proveniente da estrutura racista da nossa sociedade. A discriminação vivenciada pelos moradores tem relação com os estereótipos e as representações negativas criadas em relação a população negra e suas formas de moradia.

Nas entrevistas com os sujeitos sociais pesquisados, podemos perceber como o racismo e a desigualdade social se apresentam através das formas de representação do território. Com base na análise de Brum & Gomes (2022), consideramos que uma habitação popular é estigmatizada por causa da sua composição social. De acordo com os relatos dos moradores, “tem muita gente com uma visão negativa de lá. Eles até sabem que a Cruzada faz parte do Leblon, mas já teve conflitos e até chamaram a Cruzada de ‘câncer’ no Leblon” (Fragmento de relato do Entrevistado 1).

O uso do termo “câncer” demonstra claramente a forma como o entrevistado percebe a inserção da Cruzada no bairro. O uso de termos relacionados à doença foi historicamente utilizado também para designar as favelas cariocas (Gonçalves, 2016), identificando que não deveriam existir. Da mesma forma, é comum associar os moradores do conjunto à marginalidade, conforme nos descreve a entrevista 2:

“Por causa do preconceito, as pessoas de fora acham que os moradores da Cruzada são ‘vagabundos’ e não deveriam estar ali. Eu acho que é preconceito, porque as

“pessoas aqui são pobres e o restante do Leblon tem uma renda per capita alta. A desigualdade social é grande e acredito que a Cruzada hoje é um lugar de resistência aqui no Leblon” (Fragmento de relato do Entrevistado 2).

Assim, as formas de representar os moradores da Cruzada São Sebastião reproduzem em parte as representações impostas aos moradores das favelas. Os entrevistados 3 e 4 reforçam essa percepção ao constatar que, para os moradores do Leblon, o conjunto habitacional e seus moradores são favelados.

“Acham que somos favelados por causa da cor e porque falam que somos bagunceiros e colocamos som alto, ou perturbamos o silêncio deles. Eu acho que aqui é uma comunidade, que é diferente. Mas eles enxergam a gente como favela” (Fragmento de relato do Entrevistado 3).

“Já chegou um ponto que apareceu no jornal que somos o câncer do Leblon, por causa da questão do tráfico. Existem delegacias próxima e que poderiam acabar com isso, mas hoje em dia o mundo não é do jeito que a gente espera. E sempre tem uma brecha para as coisas acontecerem” (Fragmento de relato do Entrevistado 4).

O entrevistado 5 afirma que a Cruzada absorveria, de certa forma, todos os problemas do bairro, o que sempre trouxe nas representações dos seus moradores o medo de uma possível remoção dos prédios. Ele reforça, no trecho abaixo, as condições morais boas dos seus moradores e o desconhecimento dos residentes do Leblon da realidade interna da cruzada para criticar qualquer medida voltada para a remoção dos moradores.

“É como se fosse um buraco negro. Eles acham que tudo de ruim é da Cruzada. Eu acho que se eles pudessem retirar a gente daqui retirariam sem problemas. Mas também acredito que levam em conta que nem todo mundo é o que eles acham que tem aqui. Tem muita gente boa na Cruzada, a maioria das pessoas são. Por conta disso, acho que não podem tirar os prédios habitacionais daqui. Acredito que hoje em dia tem muito mais gente disposta a ajudar do que contra” (Fragmento de relato do Entrevistado 5).

Concordamos com Da Costa (2021) quando afirma que o racismo impede uma interação plena e saudável entre os grupos sociais e também garante uma experiência diferenciada de viver a cidade. As formas de representação negativa associadas a população negra e o mito da meritocracia precarizam a vida da população negra.

Através das entrevistas realizadas com os moradores do conjunto habitacional é possível afirmar a existência de um distanciamento entre aqueles que moram e os

que residem fora da Cruzada. Dentre as justificativas apresentadas para a relação conflituosa, os entrevistados 1, 2 e 3 relatam sobre o preconceito e a insatisfação do grupo social com condição aquisitiva mais elevada pela presença de um conjunto habitacional popular em uma área considerada nobre da cidade. Essa realidade pode ser observada no relato do Entrevistado 3:

“Nós somos destacados, porque a Cruzada é vista como favela. A relação não é muito amigável. Quando falam que moram na Cruzada as pessoas já te olham diferente. Mesmo sendo no Leblon. Eles falam que a gente ocupa um espaço do Leblon. Achrom que o espaço pertence a eles. A gente não era daqui, era lá da Praia do Pinto e colocaram os moradores da Cruzada, porque botaram fogo na Praia do Pinto. E aqui eles falam que ocupamos o espaço deles. Eles não gostam, porque acham que a Cruzada é uma favela” (Fragmentos do relato do Entrevistado 3).

Em contrapartida, os entrevistados 2 e 5 afirmam que atualmente a relação entre a Cruzada e o restante do bairro obteve mudanças e já não é tão marcante o distanciamento quanto há uns tempos atrás.

“Já teve mais distanciamento. Eu creio que hoje é uma relação mais amigável que antes. Do tempo que eu era criança até hoje mudou bastante. Atualmente, as pessoas do Leblon têm uma relação bem mais amigável. Já foi bem pior. Não é um mar de rosas, mas acho que tem pessoas mais dispostas a saber o que tem de bom aqui dentro” (Fragmentos do relato do Entrevistado 5).

Ainda assim, o entrevistado 2 acrescenta que essa aproximação entre as pessoas “de fora” e os moradores da Cruzada deixa a desejar e a maioria das pessoas ainda possui uma ideia negativa do conjunto habitacional:

“Ainda tem alguns conflitos. Boa parte das pessoas costuma ter preconceito e enxergam a Cruzada como um defeito no Leblon. Eu acredito que ainda tem um distanciamento, apesar de que hoje em dia até tem pessoas de fora que participam de alguns projetos na Cruzada. Mas acredito que não são muitas” (Fragmentos do relato do Entrevistado 2).

O relato do entrevistado 2 corrobora com a fala de Ítalo, professor do Basquete Cruzada, quando o mesmo afirma que:

“A relação é péssima. São poucas as pessoas que tratam bem e querem estar ali do lado. Parece que eles falam que a Cruzada é o câncer do Leblon. Então são poucas as coisas que a gente pode pegar de bom do relacionamento da Cruzada com o Leblon, porque eles têm preconceito e não querem preto do lado. A verdade é que não querem preto e pobre morando perto deles. Não é à toa que não sei se você conhece a história da Praia do Pinto. Botaram fogo, porque moravam o bando de pobre e aqui não pode. Na verdade, pobre não pode ter nada. Então é muito difícil a

relação. São poucas pessoas que querem a diferença e conhecemos até algumas que buscam uma mudança, mas são poucas” (Entrevista com Ítalo, Professor do Basquete Cruzada).

De acordo com a entrevista realizada com a presidente Raquel Moreira da Associação de Moradores da Cruzada São Sebastião (AMORABASE), as gestões buscaram participar do processo de mudança do olhar preconceituoso direcionado ao território. Ela afirma que ainda há preconceito das pessoas “de fora” do conjunto, mas também existem pessoas que apoiam a Cruzada:

“A gente ainda sofre muito preconceito e parece que a Cruzada é um bairro a parte do Leblon, mas já não se escuta mais que a Cruzada São Sebastião é o ‘câncer’ do Leblon como foi dito ano passado. Algumas Associações no entorno, como a Selva de Pedra, a Ama Ipanema e Ama Leblon apoiam a comunidade. Hoje podemos dizer que eles defendem a gente e conhecem a maioria dos líderes da comunidade. Eles reconhecem que na Cruzada existem mais pessoas boas do que ruins. Eles sabem que o tráfico e a droga não estão somente dentro da comunidade, mas está presente no Rio de Janeiro inteiro. A comunidade é carente, mas os moradores são pessoas trabalhadoras, que estudam, que formam e tem representatividade ali fora. Nós temos advogados, médicos e vários outros profissionais. Então acredito, que apesar do preconceito, hoje tem gente que olha diferente” (Fragmentos entrevista com Raquel Moreira – Presidente AMORABASE).

Ainda no eixo das perguntas sobre discriminação, buscamos entender mais sobre a experiência dos moradores da Cruzada no cotidiano ao frequentar os lugares comerciais e de lazer no bairro. Também perguntamos sobre possíveis abordagens policiais e as práticas de discriminação vivenciadas.

Assim, ao questionar sobre o cotidiano no bairro, os moradores afirmam frequentar a praia, lagoa, praças, cinema, Shopping Leblon, mercados e farmácias. Mas também nos trazem relatos sobre as discriminações vivenciadas no cotidiano.

“Às vezes eu vou ali naqueles barzinhos no final do Leblon e o pessoal fica me olhando esquisito. Mas acho que esse é o clima deles. Isso acontece porque a gente mora na Cruzada e porque somos negros. Na Cruzada a grande maioria, acho que 90% das pessoas são negras. E eles olham para a gente achando que vamos fazer alguma coisa” (Fragmento do relato do Entrevistado 1).

“Acho que no Shopping Leblon é mais visível a discriminação. As vezes até tem perseguição dos seguranças” (Fragmento do relato do Entrevistado 2).

“No mercado as vezes tem aquelas madames que se sentem donas do mercado. Passam na sua frente e são grossas. As vezes a gente tá escolhendo algo para comprar e elas nos cutucam e perguntam ‘Você trabalha aqui?’” (Fragmento do relato do Entrevistado 3).

“Dependendo do lugar que você vá no bairro as pessoas podem te olhar diferente, principalmente em lugares onde as coisas são muito caras. Parece que eles pensam que não temos dinheiro para estar ali, ou que nem deveríamos estar ali, ou até que não merecemos estar ali” (Fragmento do relato do Entrevistado 4).

“Tem sempre uns que olham a gente torto, mas não aconteceu nada muito sério comigo. É de pessoa também” (Fragmento do relato do Entrevistado 5).

Os relatos acima têm relação com o argumento de Almeida (2019) sobre o racismo como elemento estrutural que normaliza as desigualdades e, de certa, condiciona a experiência urbana dos entrevistados. Para o autor, “a discriminação racial ocorrida nas relações concretas aparecerá à consciência como algo absolutamente “normal” e corriqueiro” (Almeida, 2019, p. 67).

E também nos remetem as palavras de Fanon sobre a experiência de ser negro (2008, p. 105):

“‘Olhe, um preto!’ Era um stimulus externo, me futucando quando eu passava. Eu esboçava um sorriso. ‘Olhe, um preto!’ É verdade, eu me divertia. ‘Olhe, um preto’ O círculo fechava-se pouco a pouco. Eu me divertia abertamente. ‘Mamãe, olhe o preto, estou com medo!’ Medo! Medo! E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível. Eu não aguentava mais, já sabia que existiam lendas, histórias, a história e, sobretudo, a historicidade que Jaspers havia me ensinado. Então o esquema corporal, atacado em vários pontos, desmoronou, cedendo lugar a um esquema epidérmico racial. No movimento, não se tratava mais de um conhecimento de meu corpo na terceira pessoa, mas em tripla pessoa. No trem, ao invés de um, deixavam-me dois, três lugares. Eu já não me divertia mais. Não descobria as coordenadas febris do mundo. Eu existia em triplo: ocupava determinado lugar. Ia ao encontro do outro[...] e o outro, evanescente, hostil mas não opaco, transparente, ausente, desaparecia” (Fanon, 2008, p. 105).

Outro fator que buscamos analisar foi sobre as abordagens policiais no bairro e a questão da proximidade de uma delegacia ao conjunto. A maioria dos moradores considera que a presença de uma delegacia próxima ao conjunto possa trazer benefícios em relação à segurança. Os entrevistados 3 e 5 entram em acordo ao considerar que a polícia protege os moradores da Cruzada desde que não deem justificativas para o contrário. Já o restante dos entrevistados afirma que existe um “alvo certo”, ou seja, um perfil de possíveis suspeitos. E muitas vezes a polícia age de forma a coagir ou reprimir pessoas negras, ou seja, a política de segurança é mais uma das faces das práticas racistas em nossa cidade.

“Algumas vezes já aconteceu com os meus amigos de passarem por abordagens agressivas. Mas quando acontece com pessoas de fora da Cruzada dá para ver a

diferença. Eles (os policiais) são muito mais tranquilos na abordagem. Isso quando acontece abordagem” (Fragmento de relato do Entrevistado 1).

“Tem uma delegacia próxima, mas não acho que faz muita diferença. Eles só intervêm em alguns casos, mas em muitos casos não. Tinha até um posto dentro da Cruzada e hoje não tem mais. Mas acho que a polícia do Brasil foi feita mais como uma forma de repressão. A gente vê vários casos de violência da polícia com pessoas pretas. Então eu vejo mais como repressão, por causa da minha cor. As vezes estamos andando e tomamos uma dura desnecessária, coisas que pessoas brancas não passam. A verdade é que a polícia age mais como forma de repressão com pessoas pretas” (Fragmentos de relato do Entrevistado 2).

“Então, nós temos uma delegacia bem próxima e eles até podem nos proteger, mas também sabemos que quando as pessoas são negras de pele escura tem uma diferença no tratamento” (Fragmentos de relato do Entrevistado 4).

Ao perguntarmos se já foram abordados por policiais no Leblon, os entrevistados 1, 2 e 5 afirmaram ter vivenciado uma ou mais vezes essa situação. Dentre eles, apenas um é do gênero feminino.

“Sim. Várias vezes. Nem todas de forma agressiva, mas algumas sim. É até estranho, porque eu passo todo o dia no metro e tem o guarda presente ali. Volta e meia eles me param e pedem documento. Todo dia eu passo aqui e o cara quase sempre me para. Acho uma coisa bem nada a ver” (Fragmentos de relato do Entrevistado 1).

“Já fui sim. Uma vez estava voltando da praia com amigos e eu nunca tinha sido parado antes. Mas até que foi tranquilo e nada muito opressor. (risos nervosos) Mas foi muito desconfortável, porque ele parou a gente do nada. Sem motivo nenhum. Mas não chegou a oprimir muito a gente, nem nada assim. Ele só perguntou se a gente estava com documento de identidade e depois deixou a gente ir” (Fragmento do relato do Entrevistado 2).

“Sim. Não me trataram mal, mas queriam que eu contasse coisas que eu não sabia e nem sabia dar a resposta. Queriam saber coisas que nem tinha nada a ver comigo. Mas eu acho que devo ter passado na hora errada” (Fragmento do relato do Entrevistado 5).

Porém, curiosamente, quando perguntados sobre algum episódio de racismo que sofreram no bairro, a maioria dos entrevistados afirmou nunca ter experienciado essa situação, mas que conhecem pessoas próximas que passaram por isso. Apenas os entrevistados 4 e 5 afirmaram vivenciar o racismo diariamente.

“Já aconteceu e acontece. Muito no mercado. As pessoas só querem entrar, comprar e ir embora, mas já vi uma situação de um segurança negro seguindo uma pessoa negra. Não é uma coisa legal e não dá para entender. Parece que para estar em um diferente patamar diferente também tem que ficar ‘caçando’ outra pessoa negra” (Fragmento do relato do Entrevistado 4).

“Sim, já vivenciei. Quando entro nas lojas, então... (risos nervosos). É o que mais tem. Um dos momentos que a gente mais sofre racismo, eu acho. A gente entrar para comprar e os seguranças ficam andando atrás e fica olhando, bem atrás de você, para ver se vai roubar alguma coisa da loja. Eu não estou dizendo que não tem gente que roube, mas não vou reproduzir só porque alguém da minha cor já fez isso” (Fragmento do relato do entrevistado 5).

A respeito da discriminação, o professor Ítalo do Basquete Cruzada nos relata sobre um episódio vivenciado no Shopping Leblon ao buscar uma doação numa loja.

“Uma vez uma loja doou alguns alimentos para a gente e eu tive que ir com alguns garotos para buscar. Colocaram 3 seguranças atrás da gente. E eu tive que respirar fundo e não falar nada, porque nós estávamos indo buscar alimentos para ajudar as pessoas que precisavam. Então é complicado. Eu mesmo vivencio a discriminação e acredito que é mais pela cor do que por morar na Cruzada. Por exemplo, um garoto branco que mora na Cruzada é estigmatizado, porque ele não anda igual um playboy rico e dificilmente vai andar com uma pessoa branca e rica que mora no Leblon. Você percebe os olhares pela roupa que vestem e como falam, mas é muito pior quando a pessoa é negra” (Fragmento do relato da entrevista com Ítalo – professor do Basquete Cruzada).

O professor também nos conta sobre a “normalidade” do racismo na nossa sociedade, sendo o bairro do Leblon uma região onde é possível visualizar essa realidade de forma mais evidente por ser um ambiente majoritariamente branco.

“Aqui no Leblon é normal. A gente tá andando na ciclovia e as pessoas escondem a bolsa. É ainda pior durante a noite, pois eles além de esconderem a bolsa também mudam de calçada para nos evitar. Teve uma vez que estava em grupo na rua e uma família de 6 ou 7 pessoas estavam vindo na nossa direção, com um medo estampado e a gente resolveu fazer uma brincadeira de se aproximar e atravessar a rua. Eles ficaram sem entender nada e olhando para a gente. Mas eles fazem isso o tempo todo, sabe? Eles acham que todo preto é ladrão e está ali para te roubar, ou fazer alguma coisa. Aqui é normal, tudo isso é normal” (Fragmento do relato do Ítalo – professor do Basquete Cruzada).

Apesar disso, os entrevistados entram em consenso ao afirmar gostar de residir no conjunto habitacional, principalmente por estar localizado no Leblon. A maioria concorda que as vantagens são o acesso à infraestrutura, facilidade para transporte público, hospitais, escolas e áreas de lazer. Além disso, afirmam gostar de morar na Cruzada por causa dos laços de sociabilidade criados entre os moradores do conjunto.

“É uma vantagem morar perto do shopping, praia e da lagoa. Mas também tem suas desvantagens em morar no Leblon, porque aqui (na Cruzada) já foi um lugar muito malvisto e muitas pessoas do Leblon não gostam de quem mora aqui. Eles até tentam conviver, mas é diferente. Você percebe nos olhares. E por conta da gente ser negro também somos olhados com muitos olhos. Por mais que a gente pague nossas contas com o nosso próprio dinheiro sempre tem aquelas pessoas que olham como se não pudéssemos estar aqui e deveríamos estar em outro lugar longe daqui” (Fragmentos do relato do Entrevistado 4).

Ainda a respeito das desvantagens de residir no bairro, podemos perceber que o preconceito é uma das questões mais abordadas. Os moradores da Cruzada São Sebastião afirmam se sentir indesejados no local, como podemos ver na fala do Entrevistado 4 acima.

O mesmo entrevistado também nos relata sobre o aumento do custo de vida no Leblon e afirma que ter o apartamento próprio é um diferencial e na Cruzada a maioria dos moradores é proprietário dos seus imóveis, mas aqueles que buscam viver de aluguel no conjunto podem encontrar dificuldades para se manter, pois, em suas palavras, “não é uma opção muito barata”.

Entretanto, ainda que apontem desvantagens é possível observar o desejo em continuar morando no bairro, pois segundo a maioria dos entrevistados as qualidades estão acima dos elementos desfavoráveis.

Através das entrevistas também buscamos identificar possíveis mudanças em relação as representações a respeito do conjunto habitacional e no perfil de seus moradores após o período de valorização imobiliária evidenciada nos jornais nos anos de 2013 a 2015, como foi analisado no capítulo 3.

“Tem pessoas que vem morar aqui, principalmente nos prédios de trás que são mais tranquilos, mais caros e mais organizados. O primeiro bloco também tem gente se mudando e hoje mora gente que nunca vi na minha vida e penso “ué, essa pessoa mora na Cruzada? Ih, com certeza vem de fora.” E tem pessoas de outros estados que vem morar aqui. Eu tenho até um amigo que a namorada dele é do Rio Grande do Sul e hoje ela mora aqui. Acho que muita gente prefere a Zona Sul, porque é menos perigoso e na Cruzada os preços dos apartamentos é mais acessível comparado a outros prédios no Leblon” (Fragmentos do relato do Entrevistado 1).

“Olha, eu acho que sim. E eu estava estudando isso, se chama gentrificação. As coisas vão ficando mais caras e muitas pessoas que moravam na Cruzada precisaram sair por causa do preço e pessoas de fora passaram a morar na Cruzada. É um lugar com uma localização ótima, no Leblon. Mas também por ser no Leblon é um lugar muito caro de se morar. Por exemplo, meus vizinhos agora são gringos. Eles vieram

de outro país e estão morando na Cruzada e também tem uma loja de roupa e botam uma barraquinha lá embaixo, às vezes” (Fragmento do relato do Entrevistado 2).

Podemos perceber que todos os entrevistados entram em concordância ao afirmar que o número de pessoas “nascidas e criadas” ainda é muito expressivo, mesmo que existam pessoas “de fora” vivendo de aluguel no conjunto. E assim como os moradores entrevistados, o professor Ítalo também afirma que a Cruzada se mantém um ambiente negro no Leblon. O presente trabalho não busca entrar na questão da gentrificação por não ser uma categoria relevante a resposta do objeto.

“As pessoas da Cruzada podem até estar saindo por causa do custo de vida que aumentou e estão indo morar em lugares como a Cidade de Deus, porque aqui está muito difícil. E com a renda do aluguel do apartamento na Cruzada podem morar em outro lugar, mas a maioria das pessoas que residem aqui são nascidas e criadas. Continua sendo um ambiente negro, de maioria preta e segunda nordestina” (Fragmento do relato do Ítalo – professor do Basquete Cruzada).

Nesse sentido, a presidente da Associação de Moradores também afirma que ainda há muitas pessoas “nascidas e criadas”, apesar de perceber a chegada de novos moradores no conjunto.

“Acredito que apenas 40% das pessoas da Cruzada são moradores novos. Para a gente não é ruim, porque chega uma cultura diferente. Uma cabeça diferente em relação ao cuidar, ao olhar pro Leblon como ele tem que ser visto, com um zelo maior. A gente até se beneficia com as pessoas de fora morando aqui, mas o número de pessoas nascidas e criadas é bastante expressivo” (Fragmento de relato da Raquel Moreira – Presidente AMORABASE).

A presidente ainda considera que as pessoas de fora passam a conhecer mais a Cruzada, possibilitando a diminuição do estigma negativo relacionado ao conjunto. Raquel acredita que a Associação ajuda a minar formas de preconceito através da informação e com o estabelecimento de parcerias.

Em concordância com o argumento de Ferreira, Reis e França (2015), consideramos que a prática da Associação também pode ser entendida como uma forma de resistir ao buscar construir novos sentidos e representações.

“Hoje com as redes sociais é mais fácil divulgar as coisas. Por exemplo, nós temos uma página no Instagram onde a gente divulga as ações que estão acontecendo. Ali postamos shows, teatros, cursos gratuitos, divulgamos vagas de emprego abertos a qualquer pessoa. Nós entramos em contato com parceiros e você não precisa estar dentro da comunidade para conhecer ela. Através da rede social nós estamos abrindo

esse caminho para possibilitar quem quiser vir conhecer, ou empreender, ou apoiar a gente” (Entrevista com a Raquel – Presidente do AMORABASE).

Assim como Da Costa (2021), podemos analisar a resistência como elemento plural e diverso, presente em ações coletivas e individuais, na permanência no local situado, nas falas ou nos silêncios dos moradores.

Podemos afirmar, na perspectiva de Madeira & Gomes (2018), que a presença de pessoas negras em um dos espaços mais embranquecidos e caros da cidade é uma forma de resistir a uma separação muito bem estabelecida através de práticas de segregação racial no espaço urbano, que “definiu” um padrão em que os lugares com infraestrutura e lazer são destinados à população branca.

Além disso, indo na mesma direção da perspectiva de Fernandes, Silva & Barbosa (2018), também é possível notar as mobilizações sociais dos moradores da Cruzada em prol dos interesses e necessidades do conjunto como estratégia de resistência, de forma prática e dotada de inventividade.

“Eu acho que projeto mais ativo no momento é o Projeto do Basquete Cruzada do Wagner. Eles foram vice campeões do torneio Sulamericano e também foram muito ativos na pandemia para além do esporte. Em 2021, eles deram cestas básicas para quem precisava, aqueles com dificuldade e os que perderam o trabalho. Mas nós temos na Cruzada time de futebol, jogadores do flamengo como o Adílio e o Júlio Cesar. Eu tenho até um colega que foi convocado para jogar lá fora, no Rio Grande do Sul e agora no Nordeste. Tem o Leandro Fanta que já jogou na Seleção Brasileira na Copa do Mundo como goleiro de futebol de areia” (Fragmento do relato do Entrevistado 1).

“Nós temos o Basquete Cruzada. Antes podia ser apenas sobre basquete, mas hoje é algo muito maior. Nas férias, por exemplo, eles têm colônia de férias com as crianças. Acredito que o projeto é uma forma de resistência aqui” (Fragmento do relato do Entrevistado 2).

“Aqui nós temos aulas de música, de esporte, cursos. Nós temos projetos sociais como o Basquete Cruzada que trazem vantagens para as crianças, mas não é tão mencionado nos jornais.” (Fragmento do relato do Entrevistado 3)

“Nossos projetos sociais são muitos. Acredito que são divulgados nas redes sociais, mas muitas pessoas deixam de conhecer por causa do preconceito. Eles acham que aqui é perigoso e não passam na rua e não é assim. Temos muitas possibilidades aqui” (Fragmento do relato do Entrevistado 4).

“Eu conheço o Basquete Cruzada. Ele sempre faz atividades com as crianças para seguirem o caminho certo” (Fragmento do relato do entrevistado 5).

Durante as entrevistas, os moradores afirmaram que os meios de comunicação não estão interessados nas qualidades da Cruzada e apenas divulgam as situações que reforçam o estigma negativo atrelado ao conjunto. Dessa forma, os moradores nos relataram sobre a existência de projetos sociais, tais como aulas de música, esporte e interação com as crianças.

“Na Cruzada tem projeto de futebol que mexe com o social também. É super importante, porque a garotada ama futebol. Tem projeto de Judô e Jiu-jitsu com uma base que ajuda a garotada a se manter ocupada e estar fazendo esporte. Também tem alguns projetos da Igreja, aulas de música e outras coisas” (Fragmento de relato do Ítalo- professor do Basquete Cruzada).

Em relação a atuação do Basquete Cruzada frente à discriminação vivenciada pelos moradores, perguntamos se o projeto também desenvolvia ações em prol do combate ao racismo.

“No individual nós temos a nossa psicóloga que trabalha principalmente com mulheres negras. Ela tem um trabalho muito bacana e apesar de ser uma mulher branca e privilegiada, ela sabe disso e ter noção disso já é uma coisa muito boa. Ela está sempre estudando e busca se colocar no lugar e ajudar o projeto trabalhando com a garotada, disponibiliza cerca de 10 psicólogas e ela é uma delas. E também realizamos um evento que se chama Cruzada no Social. Perto do Natal convidamos algum cantor e fazemos festa para distribuir presentes para as crianças e cesta básica. Na pandemia a gente dividia e cada semana distribuimos cestas básicas para parte da Cruzada, porque não dava para todo mundo. Mas tenho certeza que o Basquete Cruzada para os moradores é extremamente importante. E também acho que para algumas pessoas é o que ainda mantém viva a possibilidade de sonhar”(Fragmento de relato do Ítalo- professor do Basquete Cruzada).

Podemos observar que as práticas de resistência dos moradores têm relação com a busca por novos significados e representações sobre o conjunto habitacional. Assim como os moradores entrevistados, a Associação de Moradores e o Basquete Cruzada entram em concordância ao afirmar a necessidade de minar a desinformação ao ressaltar os elementos positivos do território e das famílias ali que residem.

Além disso, os moradores buscam intervir nos efeitos da desigualdade social ao distribuírem cestas básicas, promoverem cursos profissionalizantes e práticas esportivas para os jovens. É evidente que algumas ações são pontuais, pois contam com a instabilidade das parcerias e arrecadação de verbas, se mostrando insuficiente para solucionar a questão em sua totalidade.

Apesar da pesquisa considerar a importância da atuação do Movimento Negro e a realização de um evento para conceber a memória a Zumbi dos Palmares com a presença de lideranças comunitárias na Cruzada São Sebastião no ano de 1988, não foi possível a obtenção de dados nas entrevistas acerca da presença e mobilização do Movimento Negro Contemporâneo no conjunto habitacional. Essa questão poderá ser abordada em futuras pesquisas visto que não foi o objetivo principal deste trabalho.

6 Considerações Finais

Em suma, a pesquisa realizada buscou apresentar algumas considerações a respeito da forma em que o racismo estrutural estabelece as relações sociais na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente sobre o estigma e a discriminação racial enfrentadas por moradores negros do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião no Leblon.

Consideramos, assim como Almeida (2019), que o racismo é uma construção social forjada pela escravidão e serviu como elemento constitutivo das relações mercantis e de classe. O sistema capitalista se constrói e é mantido através da desigualdade racial, das formas de exploração e opressão dos grupos subalternos e perpetuação de acúmulo de riquezas dos grupos favorecidos, compostos necessariamente pela branquitude.

As formas de dominação e controle social estão presentes através do exercício bruto do poder, mas também estão inseridas na criação de consensos ideológicos e disseminadas pelas instituições para garantia da “normalização” das desigualdades raciais. Contudo, é necessário levar em consideração que o racismo presente nas instituições se expressa em um reflexo da nossa estrutura societária.

Nessa perspectiva, o estudo sobre as relações raciais no espaço urbano se mostra uma questão fundamental para compreender as formas de sociabilidade nas cidades capitalistas, visto que os privilégios e oportunidades foram distribuídos de maneira desigual desde sua formação e todos aqueles que não são brancos enfrentam maiores barreiras para alcançar lugares de poder e ter seus direitos sociais respeitados. , mesmo que sejam os direitos mais básicos como a vida e o acesso à moradia.

A grande mídia é um espaço de manutenção de ideais da hegemonia conservadora e reforça o estereótipo e a estigmatização imposta à população negra, colaborando com a perpetuação do racismo. Os meios de informação têm responsabilidade na disseminação de representações negativas a respeito das

moradias populares, sendo um exemplo a marginalização histórica de cortiços e favelas.

Desde a abolição do sistema escravagista, podemos notar a intenção do Estado em manter a população negra em posição de subalternidade. A falta de políticas públicas, como forma de reparação histórica frente as atrocidades do período da escravidão, são um grande exemplo dessa realidade, já que resultou na exclusão das pessoas negras do mercado de trabalho formal e de acesso a moradias dignas.

Como foi visto ao longo desse trabalho, dados do Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, elaborado pela Casa Fluminense em 2020, nos evidenciam a distribuição geográfica desigual dos grupos raciais na cidade. Sendo a população negra mais prejudicada ao ocupar territórios com menores oportunidades de emprego, saúde, lazer, educação e segurança.

Ao longo da história de urbanização do Rio de Janeiro, podemos observar políticas remocionistas que impulsionaram uma segregação racial na metrópole. O desenho de cidade, construído durante a ditadura civil-militar de 1964, foi responsável por uma divisão social, que segmentou as regiões em critérios raciais, sendo um grande exemplo o enorme embranquecimento da Zona Sul do Rio de Janeiro com a expulsão de moradores das antigas favelas locais para locais periféricos.

Podemos perceber essa realidade com o Mapa Racial em Pontos, criado pelo geógrafo Hugo Gusmão em que é demonstrado esse embranquecimento da Zona Sul com a presença de 83% da composição racial de pessoas brancas nos bairros de Leblon, Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, Ipanema, Copacabana e Leme. Somente 13% de pessoas pardas e 4% de pessoas negras moram nesses bairros e estão majoritariamente localizadas em territórios alil estigmatizados, tais como as favelas ou a própria Cruzada São Sebastião.

Assim como Brum e Gomes (2022), consideramos que o “estigma de favela” (Brum, 2012) tem relação direta com as formas de representação acerca da população negra ao longo da história do país, ou seja, o racismo estrutural é responsável pela estigmatização da moradia das pessoas negras.

O conjunto habitacional Cruzada São Sebastião se expressa em um lugar majoritariamente negro no bairro do Leblon e foi um modelo de urbanização diferente dos demais realizados pelo Estado, pois atendeu critérios de sociabilidade e proximidade aos locais de trabalho dos moradores reassentados da favela da Praia do Pinto. A obra foi idealizada pela Igreja Católica, com uma parceria entre o então arcebispo Dom Helder Câmara e o governo de Café Filho, mas nunca deixou de ser alvo de críticas por parte da classe média que residia/reside no bairro.

Podemos afirmar que a mídia jornalística foi uma das responsáveis na criação e manutenção de estigmas negativos a respeito das habitações populares, como não deixou de ser também em relação à Cruzada São Sebastião. Através do estudo dos acervos digitais dos jornais O Globo e Extra nos últimos 20 anos e entrevistas com os moradores negros da Cruzada verificamos um esforço em retratar o conjunto habitacional como local de criminalidade e violência, impactando diretamente as formas de sociabilidade ao reforçar a presença de uma barreira simbólica entre os moradores do conjunto e do bairro.

Através desta perspectiva, foi constatado que as formas de discriminação e o estigma vivenciado pelos moradores da Cruzada é proveniente do racismo estrutural. Os relatos dos moradores e análises de jornais nos evidenciam como são apresentadas as formas de discriminação no território. Dentre os fatos apurados, constatamos que a construção das subjetividades dos moradores negros do conjunto é prejudicada pelas formas de distanciamento social enfrentadas. Dessa forma, podemos verificar que a vivência na cidade é experienciada de forma diferente de acordo com o seu grupo racial, entre aqueles que podem viver suas subjetividades e ter sua liberdade e aqueles que são obrigados a estabelecer formas de resistência para sobreviver em uma sociedade que precariza constantemente suas condições de vida.

Buscamos também identificar possíveis mudanças acerca do estigma do território no período de valorização dos imóveis entre 2013 a 2015, momento no qual percebemos uma onda de notícias a respeito de um possível processo de gentrificação nas favelas e locais populares da cidade. As notícias demonstravam uma intenção de valorizar o conjunto habitacional estudado, afirmando uma mudança no perfil socioeconômico dos moradores, mas essa tentativa não pôs fim

para a estigmatização do território. De acordo com os relatos obtidos pela pesquisa, podemos confirmar que a Cruzada mantém sua composição social antiga e que os moradores buscam enfrentar o preconceito ao ressaltar personalidades ilustres nascidas e criadas no conjunto e sobre projetos sociais criados para atender as famílias locais.

As formas de resistência interpretadas através dos dados obtidos nos mostram os caminhos da mobilização social. Muitas das resistências são compreendidas em movimentos individuais, tal como as estratégias de sobrevivência, e movimentos em conjunto através de práticas inovadoras e criativas pela ação dos projetos sociais.

Sabendo que as nossas considerações finais estão longe de trazer um encerramento para discussão das resistências da Cruzada São Sebastião e são na verdade um impulso para novas perspectivas e caminhos de pesquisa, identificamos que a busca pela interação dos jovens no Basquete Cruzada e os projetos de profissionalização da Associação de Moradores são uma dessas formas de resistir ao processo de estigmatização do conjunto habitacional e romper barreiras de distanciamento entre os grupos raciais através do diálogo e da informação.

Essa resistência se manifesta através das tentativas de mudança de paradigmas e sentidos sobre a representação da Cruzada pelos seus próprios moradores com a mobilização interna. É evidente que a luta por condições societárias mais justas e antirracistas está longe do fim e somente a criação de uma nova forma de sociabilidade é capaz de encerrar com processos estruturais de exploração e opressão.

7

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural: feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARAÚJO, E. P. A ressignificação do estigma como um ato de resistência no movimento de mães contra a violência policial. **Veredas-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 25, n. 1, 2021.
- ARAÚJO, E. P.; BIAR, L. A.; BASTOS, L. C. O engajamento em movimentos sociais e a luta por justiça: um estudo sobre as narrativas de mães negras. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 3, p. 1688-1709, 2020.
- BENMERGUI, L. Habitação e Guerra Fria: a perspectiva transnacional para o estudo da favela carioca: história e questões urbanas In: GONÇALVES, R. S., BRUM, M.; AMOROSO, M. (Orgs.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. v. 1, Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas, 2021. p. 169-188.
- BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).
- BRUM, M. S. **Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BRUM, M. S. **Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos**. 2013.
- BRUM, M. S. I. **Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a “culpa” do governo**. XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL–MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA, 2012. Rio de Janeiro, 10 a 13 de julho de 2012. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) IFCS – IH.
- BRUM, M. S.; GOMES, A. **Favela e a questão étnico-racial: a gênese do apartheid urbano brasileiro**. In: GONCALVES, R; BRUM, M. S.; AMOROSO, M. (Orgs.). **Pensando as favelas cariocas**. v. 2. História e Questões urbanas. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Pallas, 2022, p.189-214
- BURGOS, M. B. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CALMON, M. S. O Genocídio do povo negro no brasil de Abdias do Nascimento ao Mapa da Violência. **Caderno Sisterhood**, 3. ed. fev. 2019.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, A. O. O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 29, n. 2, p. 225-246, 2006.

CANEGAL, A. C. Fronteira urbana: uma discussão sobre a relação entre a Cruzada São Sebastião e o Leblon. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 81-114, jul./dez. 2010.

CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos MetrÓpole**, n. 17, 1. sem. 2007.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade – Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://casافلuminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>>. Acesso em: 13out. 2022.

CAVALCANTE, R. et al. (Ed.). **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil**. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2017.

CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor (es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.

CHAUÍ, M. S. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DA COSTA SILVA, René Marc. A constituição de 1988 e a discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no brasil. **Int. Law: Rev. Colomb. Derecho Int.**, Bogotá, n. 23, p. 235-266, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S169281562013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, BA: EdUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, F.; SILVA, J. S., BARBOSA, J. O paradigma da potência e a pedagogia da convivência. **Revista periferias**, Rio de Janeiro: Instituto Maria e João Aleixo, 2018. Disponível em: <<https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-daconvivencia/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FERREIRA, C. C. P. **Mercado São Sebastião**: um estudo sobre o projeto da Cruzada São Sebastião como parte da construção urbana carioca na década de 1960. Rio de Janeiro, 2022. 72 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2022.

FERREIRA, J. F.; REIS, M. L. C.; FRANCA, T. S. A busca de um conceito: resistências sociais (Uma abertura da crise). In: BAICHAMAN, A. (Org.). **Lutas, experiências e debates na América Latina**: Anais das IV Jornadas Internacionais

FRANÇA, D. Racialização urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2021, v. 36, n. 107, e3610716. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XFP69Jv8mr7XQH7Lz48swhL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 2 jun. 2022.

GONÇALVES, R. S. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 28, p.1-30, 2020.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016.

GONÇALVES, R. S.; PESSANHA, M. T. C. Mulheres na Luta: a mobilização política das Uniões Femininas nas favelas cariocas no pós-guerra. **Revista Izquierdas**, n. 50, p. 57, 2021.

GONÇALVES, R. S.; SIMÕES, S. S.; DE LUNA FREIRE, L. A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. **Cuadernos de antropología social**, n. 31, p. 97-120, 2010.

GUARALDO, T. S. B. Cartas de leitores como espaços privilegiados de apropriação da informação e dos efeitos de sentido. **Informação & Informação**, v. 25, n. 1, p. 373-404, 2020.

GUSMÃO, H. N. B. **Mapa Racial de Pontos**: Cidade do Rio de Janeiro – Brasil. nov. 2015. Disponível em: <<https://desigualdadesespaciais.files.wordpress.com/2015/11/mapa-da-cidade-do-rio-de-janeiro.jpeg>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

JUNIOR, J. S. M. Racismo no brasil e racismo à brasileira. **O Social em questão**, v. 2, n. 50, p. 63-82, maio/ago. 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

LIMA, S. M. C. D. Reflexos do “racismo à brasileira” na mídia. **Revista USP**, São Paulo, n. 32, dez./jan. 1996-1997.

LIRA, J. T. C. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 47, 1999.

LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. **Para além da quarentena**: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Morula editorial, 2020.

LUNETTA, C. **Remoção Branca as State-led Gentrification in the Southern Zone Favelas of Rio de Janeiro**. In: International Conference on “The ideal city: between myth and reality. Representations, policies, contradictions and challenges for tomorrows urban life”. Urbino, Italia. 2015.

MADEIRA, Z; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

MARCUSSO, R. A. **Estigma social do lugar**. São Paulo: Paco; Littera, 2022.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, p. 151-166, 2003.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. Recife, PE, 2012. 222p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

MATTOS, R. C. Remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. **Outubro**, n. 21, p. 171-190, 2014.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2014. (Biblioteca básica de serviço social, v. 5).

MOORE, C. **O marxismo e a questão racial**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOURA, C. Cem anos de Abolição do escravismo no Brasil. **Revista Princípios**, n. 15, p. 3-9, 1988. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/moura/1988/05/escravismo.htm>>

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983.

- MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, v. 12, p. 169-203, 2010.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 1.
- NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 8, n. 8, 2010.
- NETTO, J. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, v. 111, p. 413-429, set. 2012.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social, v. 1).
- OLIVEIRA, R. J. Segregação racial, territórios negros e saúde mental. **Revista ODEERE**, v. 2, n. 4, p. 84-109, 2017.
- OLIVEIRA, R. J. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela**. São Paulo, 2008. 330 p. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.
- OLIVEIRA, S. S. R. Informalidade urbana, classe trabalhadora e raça no Rio de Janeiro: A história dos censos de favelas (1948-1960). **Revista de História**, São Paulo, n. 180, p. a06420, 2021.
- OSÓRIO, M. V. S. **Racismo e mídia: “pesos iguais e medidas diferentes”**: Análise de notícias dos portais G1 e R7 sobre a abordagem jornalística de acordo com a cor da pele e a condição social. Belo Horizonte, 2021. 47 p. TCC (Graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) - Departamento de Comunicação Social, Centro Universitário UMA, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/20416>>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- PANTA, M. A. S. **Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade**. Marília, SP, 2018. 300 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2018.
- PEREIRA LEITE, M. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2012. DOI: 10.31060/rbsp.2012.v6.n2.126. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126>>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- PERLMAN, J. **O mito da marginalidade**. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESTANA, M. M. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro:** empresários, Estado e movimento de favelados: 1957-1973. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. v. 1. 368p.

PINTO, L. A. C. **O negro no Rio de Janeiro:** relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1953.

RAMALHO, C.; BAIENSE, C. Para ver o invisível: o papel do esclarecimento e a mediação socializadora do telejornalismo para narrar o encarceramento em massa. **INTERIN**, v. 26, n. 2, p. 119-136, 2021.

RIBEIRO, A. L. R. C. **Racismo estrutural e aquisição da propriedade.** São Paulo: Ed. Contracorrente, 2020.

RIBEIRO, L. C. Q. “Destoantes, dez prédios populares resistem no coração do Leblon”. **Jornal Folha de São Paulo**, 25 jul. 2018, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/destoantes-dez-predios-populares-resistem-no-coracao-do-leblon.shtml>>. Acesso em: jun. 2023.

RIBEIRO, L. C. Q. Dinâmica socioterritorial das metrópoles brasileiras: dispersão e concentração. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 12, fev. 2006.

RIVERO, P. S. Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 9, p. 117-142, 2010.

ROBAINA, I. M. M. Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947-1962). **Revista Espacialidades** [online], v. 6, n. 5, p. 1984-817x, 2013.

ROCHA, D. G. **Imagens cristalizadas:** a construção dos estereótipos sobre as favelas. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 11, n. 3, p. 6-24, 20 dez. 2017.

ROCHA, H. **Racismo e mídia.** *Universitas Humanas*, v. 8, n. 1, 2011.

ROEDEL, H. Do Mito de Cam ao Racismo Estrutural: Uma Pequena Contribuição ao Debate. **Projeto AFRO-PORT:** Afrodescendência em Portugal Lisboa. N, v. 2, 2020.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 17, p. 1-17, 1989.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça:** a política social na ordem brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo, 2012. 122 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, L. M. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. **Ciência e cultura**, v. 64, n. 1, p. 48-55, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 99-133.

SILVA, F. C. A Juventude na Mídia Brasileira: estereótipos e exclusão. **Anagrama**, v. 1, n. 4, p. 1-10, 2008.

SILVA, M. N. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, T. B. **A cruzada são sebastião e as suas transformações**: Os efeitos da valorização imobiliária local. Rio de Janeiro, 2017. 117 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/884634.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2022.

SILVA, T. B. **A questão habitacional e seus agentes**: um estudo sobre os conjuntos Cruzada São Sebastião e Cidade Alta. Rio de Janeiro, 2013. 53 p. TCC (Especialização em Política e Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SIMÕES, S. S. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2008.

SIQUEIRA, M. P. S. Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro. Dimensões: **Revista de História da Ufes**, n. 25, p. 215-234, 2010.

SLOB, B. **Do barraco para o apartamento – a humanização e a urbanização de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro**. Universidade de Leiden, Holanda, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Semântica urbana e segregação**: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs). A cidade contemporânea: Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

TELLES, E. E. Identidade racial, contexto urbano e mobilização política. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, 1996.

TELLES, E. E. Residential segregation by skin color in Brazil. **American Sociological Review**, v. 57, n. 2, p. 186-197, Apr. 1992.

TELLES, V. S. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: _____. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2001, p. 13-56.

THEODORO, M. L. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 5-34, 2000.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela**. com. Rio de Janeiro, FGV, 2005. 204p.

Referências digitais

Acervo Digital do Jornal O Globo.

Acervo Digital do Jornal Extra.

Acervo CULTNE.

8

Apêndices

8.1.

Apêndice 1 – Roteiro Entrevista com os Moradores

Permissão para registro, utilização de nome e análise de dados.

Dados Pessoais (Nome, ocupação, endereço, onde estudou, raça/etnia).

EIXO: COTIDIANO

1. Há quanto tempo você mora na Cruzada São Sebastião?
2. Você gosta de morar na Cruzada? Na sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens de morar no conjunto?
3. Quais são os lugares que você frequenta no seu cotidiano?

EIXO: DISCRIMINAÇÃO

4. Como é a relação entre a Cruzada e o restante do Leblon? É uma relação amigável, ou existe um distanciamento?
5. De que forma você acha que o Leblon, a Lagoa e o entorno enxergam a Cruzada e seus moradores?
6. Tem algum lugar que você não se sente bem vindo no bairro?
7. Já se sentiu coagido a realizar compras em farmácias, mercados, shoppings ou lojas no bairro?
8. No seu cotidiano, você já foi alvo de comentários depreciativos ou piadas por conta de alguma característica física sua que você não pode mudar?
9. Você acha que já sofreu racismo no Leblon?
10. Existe uma delegacia bem próxima do conjunto habitacional. Você acha que isso é algo bom ou ruim? Tem a sensação de que a polícia foi feita para proteger ou para reprimir?

11. Já foi abordado por policiais alguma vez no Leblon?

EIXO: MUDANÇAS NO CONJUNTO HABITACIONAL

12. A Cruzada passou por mudanças físicas ao longo dos anos, como a abertura da rua para maior fluxo de carros e a construção da estação Jardim de Alah do Metrô. De que forma você acha que essas mudanças influenciaram para os moradores da Cruzada?

13. Você percebe outras mudanças no cotidiano do conjunto? Quais?

14. Existem muitas pessoas de fora (sem vínculo com a história do conjunto habitacional) que passaram a morar na Cruzada?

15. Na sua opinião, o número de pessoas nascidas e criadas é maior do que os novos moradores?

EIXO: RESISTÊNCIA

16. Você já teve a vontade de se mudar do conjunto habitacional?

17. Quais são as características positivas da Cruzada que não estão nos jornais?

18. Existe alguma ação, movimento ou organização dos moradores em prol dos interesses da Cruzada? Quais? Como é sua atuação?

8.2.**Apêndice 2 – Roteiro Entrevista com a Associação de Moradores**

Permissão para registro, utilização de nome e análise de dados.

Dados Pessoais (Nome, ocupação).

EIXO: COTIDIANO

1. Como é o dia a dia da Associação?
2. Hoje são quantos associados?
3. Quais são as principais ações que a Associação de Moradores está envolvida no momento?
4. Quais são as ações mais marcantes ou conquistas realizadas pela associação?
5. Quais são os principais desafios encontrados pela gestão?

EIXO: MUDANÇAS NO CONJUNTO HABITACIONAL

6. A Cruzada passou por mudanças físicas, como a abertura da rua para maior fluxo de carros e a construção da estação Jardim de Alah do Metro. De que forma você acha que essas mudanças interferiram na vida dos moradores da Cruzada?
7. Você acha que existem muitas pessoas de fora que passaram a morar na Cruzada? Pessoas sem vínculo com o conjunto habitacional, que não tem relação com as famílias fundadoras?
8. O número de pessoas nascidas e criadas na Cruzada ainda é muito expressivo?

EIXO: DISCRIMINAÇÃO

9. Como é a relação entre a Cruzada e o Leblon e adjacências?
10. Você acha que a Associação participou desse processo de mudar o olhar preconceituoso para a Cruzada?
11. Quais são as características positivas da Cruzada que não são ressaltadas nos jornais?

12. Existem ações tomadas pela a associação em prol da diminuição da discriminação e estigma relacionados a Cruzada?
13. A Associação já recebeu alguma demanda de discriminação dos moradores? Ou já sofreu algum tipo de discriminação em alguma reunião?

8.3.**Apêndice 3 – Roteiro Entrevista com o Professor do Basquete Cruzada****Permissão para registro, utilização de nome e análise de dados.**

Dados Pessoais (Nome, ocupação).

EIXO: COTIDIANO

1. Quando o Basquete Cruzada foi criado?
2. Quem compõe o projeto?
3. Qual a missão do Basquete Cruzada? E quais são as atividades desenvolvidas atualmente?
4. Qual a importância do projeto para o conjunto habitacional?
5. Quantas pessoas já foram alcançadas?
6. Quando começou sua relação com o projeto?

EIXO: DISCRIMINAÇÃO

7. Como é a relação entre a Cruzada e o restante do Leblon? É uma relação amigável, ou existe um distanciamento?
8. De que forma você acha que o Leblon, a Lagoa e o entorno enxergam a Cruzada e seus moradores?
9. Você acha que os moradores se sentem bem vindos no bairro? Frequentam tranquilamente os locais de comércio, lazer, trabalho?

EIXO: MUDANÇAS NO CONJUNTO HABITACIONAL

10. A Cruzada passou por mudanças físicas ao longo dos anos, como a abertura da rua para maior fluxo de carros e a construção da estação Jardim de Alah do Metrô. De que forma você acha que essas mudanças influenciaram para os moradores da Cruzada?
11. Você percebe outras mudanças no cotidiano do conjunto? Quais?
12. Você acha que houve um encarecimento no modo de vida do conjunto?

13. Existem muitas pessoas de fora (sem vínculo com a história do conjunto habitacional) que passaram a morar na Cruzada?
14. Na sua opinião, o número de pessoas nascidas e criadas é maior do que os novos moradores?

EIXO: RESISTÊNCIA

15. Quais são os maiores obstáculos enfrentados pelo projeto?
16. O projeto já enfrentou algum episódio de discriminação?
17. Conhece pessoas que participam do projeto e moram na Cruzada que já sofreram racismo no Leblon?
18. O projeto tem ações desenvolvidas em prol do combate ao racismo?
19. Quais são as características positivas que existem na Cruzada, mas não são ressaltadas nos jornais?
20. Você conhece outros projetos sociais, ações ou movimentos em prol dos interesses dos moradores? Quais?